



ECOWAS COMMISSION
COMMISSION DE LA CEDEAO
COMISSÃO DA CEDEAO

VISÃO 2050 DA CEDEAO

“CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para Todos”





Publicado por A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
em Abuja, Comissão da CEDEAO
101, Yakubu Gowon Crescent,
Asokoro, Abuja, Nigéria

Internet <http://www.ecowas.int>

Responsável Gabinete do Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO

Local e data de publicação Abuja, Junho de 2022

* O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da CEDEAO e não pode, de forma alguma, ser considerado como reflexo da opinião do Governo Federal Alemão.

* Todos os direitos são reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sem a autorização escrita da CEDEAO. A reprodução para fins não comerciais é permitida desde que a fonte seja mencionada.

VISÃO 2050 DA CEDEAO

“CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para Todos”



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| ÍNDICE | 4 |
| LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS | 5 |
| PREFÁCIO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CEDEAO..... | 8 |
| MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DA CEDEAO | 12 |
| AGRADECIMENTOS | 15 |
| I. INTRODUÇÃO | 17 |
| I.1. Contexto | 17 |
| I.2. A CEDEAO em resumo | 18 |
| I.2.1. Quadro Geral..... | 18 |
| I.2.2. Disposições institucionais da CEDEAO | 20 |
| I.2.3. Reformas Institucionais | 21 |
| II. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA CEDEAO: AVALIAÇÃO DA VISÃO 2020 E ANÁLISE RETROSPECTIVA | 23 |
| II.1. Avaliação da Visão 2020: Lições aprendidas | 23 |
| II.2. Principais Resultados da Análise Retrospectiva | 26 |
| II.2.1. Demografia, Capital Humano, Desenvolvimento Social..... | 26 |
| II.2.2. Meio Ambiente e Recursos Naturais | 30 |
| II.2.3. Governança, Paz e Segurança..... | 33 |
| II.2.4. Crescimento Económico, Transformação Estrutural e Desenvolvimento do Setor Privado | 35 |
| II.2.5. Integração económica e monetária, infraestrutura económica | 38 |
| III. ASPIRAÇÕES DA CEDEAO E VISÃO PARA 2050 | 40 |
| III.1. Aspirações | 40 |
| III.2. Cenário de Referência | 43 |
| III.3. Visão 2050 e Pilares | 44 |
| IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS - PRINCÍPIOS ORIENTADORES E FATORES DE SUCESSO | 49 |
| IV.1. Objetivos e orientações estratégicas..... | 57 |
| IV.2. Temáticas transversais | 48 |
| IV.3. Princípios Orientadores e Fatores de Sucesso | 51 |
| V. CONCLUSÃO | 53 |
| ANEXOS..... | 55 |
| GLOSSÁRIO DE CONCEITOS-CHAVES E NOÇÕES DA VISÃO 2050 | 60 |
| QUADRO DE SÍNTESE DOS TRÊS CENÁRIOS ALTERNATIVOS..... | 61 |
| BIBLIOGRAFIA | 63 |

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| ACMAD | Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento |
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados |
| AMAO | Agência Monetária da África Ocidental |
| ANE | Ator não estatal |
| ARREC | Autoridade Reguladora Regional de Eletricidade |
| ASEAN | Associação das Nações do Sudeste Asiático |
| BAD | Banco Africano de Desenvolvimento |
| BIDC | Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO |
| CAE | Comunidade da África Oriental |
| CAPEC | Unidade de Análise de Política Económica do CIREC |
| CEA | Comissão Económica das Nações Unidas para África |
| CEDEAO | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental |
| CEEAC | Comunidade Económica dos Estados da África Central |
| CER | Comunidade Económica Regional |
| CEREEC | Centro de Energias Renováveis e Eficiência Económica |
| CIFOR | Centro Internacional de Pesquisa Florestal |
| CO2 | Dióxido de carbono |
| COVID-19 | Doença de Coronavírus-19 |
| ECOWIP | Política de Investimento da CEDEAO |
| FDE | Fundo de Desenvolvimento Energético |
| FERDI | Fundação para Estudos e Investigação em Desenvolvimento Internacional |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GIABA | Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais |
| GIZ | Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional |
| IDE | Investimento direto estrangeiro |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IIG | Índice de Desigualdade de Género |
| IMAO | Instituto Monetário da África Ocidental |
| IPC | Índice de Perceção da Corrupção |
| NAFTA | Acordo de Comércio Livre Norte-Americano |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milénio |
| OOAS | Organização Oeste Africana da Saúde |
| OSC | Organização da Sociedade Civil |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPP | Parceria pública-privada |
| SADC | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| STEM | Ciência, tecnologia, engenharia e matemática |
| TEC | Tarifa Comum Externa |
| TIC | Tecnologias de informação e comunicação |
| UA | União Africana |
| UE | União Europeia |
| UICN | União Internacional para a Conservação da Natureza |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| ZCLCA | Zona de Comércio Livre Continental Africana |

2050



VISION • VISÃO

PREFÁCIO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CEDEAO



S. E. Nana Addo Dankwa AKUFO-ADDO
Presidente da República de Gana e
Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO

PREFÁCIO DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO DA CEDEAO

1. A visão dos fundadores da nossa organização regional, a CEDEAO, quando foi criada em 1975, era melhorar o bem-estar e a prosperidade de todos os cidadãos da Comunidade. Esta visão foi devidamente resumida no Tratado da CEDEAO, como segue: *«promover a cooperação e integração na perspectiva de uma União Económica da África Ocidental com vista a elevar o nível de vida dos seus povos, para manter e aumentar a estabilidade económica, fortalecer as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente Africano.»*

2. O Tratado de Lagos de 1975 foi revisto em 1993 com vista a aprofundar o processo de integração regional, em particular no domínio da paz e segurança e da prevenção e resolução de conflitos. Em 2010, com o objetivo de orientar/direcionar as ações das instituições da CEDEAO, a Conferência adotou a Visão 2020, que diz respeito à transição da «CEDEAO dos Estados para a CEDEAO dos povos».

3. Encorajada pelos resultados e impactos da referida Visão, e justamente reconhecendo a necessidade de consolidar as suas conquistas/realizações com vista a aprofundar e alargar as legítimas expectativas dos cidadãos da CEDEAO, a Comunidade preparou e adotou uma nova Visão que pretende orientar nossa trajetória de desenvolvimento para os próximos trinta anos. Em nome dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, faço um retrospecto à história, lançando um olhar ao horizonte, que promete um futuro melhor aos cidadãos da nossa Região, com vista a apresentar ao mundo a nossa nova Visão, denominada a Visão 2050. Esta nova Visão resume nossas aspirações coletivas para o futuro que buscamos - JUNTOS como uma Comunidade!

4. Com efeito, quarenta e seis anos após a fundação da CEDEAO, a nossa região fez progressos significativos, marcados por realizações tangíveis, particularmente nas áreas da governação democrática, a livre circulação de bens e pessoas, a transformação gradual das nossas economias, e a melhoria do funcionamento das nossas instituições. Como líderes e cidadãos, cabe a nós construir sobre essas conquistas e perpetuá-las.

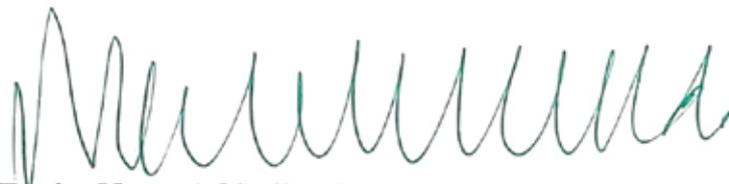
5. Apesar disso, deve-se reconhecer que a região ainda enfrenta grandes desafios: a disseminação do terrorismo nos atrasou vários anos, desestabilizando a região e minando os esforços de desenvolvimento dos Estados-membros; surtos de pandemia, como a Ébola e a Covid-19, prejudicaram a resiliência económica e social de nossas populações e instituições; o desemprego juvenil continua a ser um desafio; o impacto das mudanças climáticas ameaça cada vez mais a fragilidade de nossa região; e a integração regional tem progredido mais lentamente do que o esperado, especialmente no que diz respeito à concretização da união económica e monetária.

6. Uma das lições aprendidas com a implementação da Visão 2020 é que a liderança estratégica pode abrir caminho para enfrentar nossos muitos desafios e levar à realização da mudança positiva que buscamos para nosso povo e para a região. Como líderes, o desenvolvimento deliberado requer que criemos a estrutura de liderança e governação para permitir que essa mudança aconteça.

7. Como resultado, a Visão 2050, projetada para suceder à Visão 2020, tem objetivos e metas muito mais ambiciosos. Até 2050, queremos que nossa região experimente uma transformação e desenvolvimento acelerados, que sirva como um catalisador para liberar o potencial de criatividade e inovação de nossos povos, numa comunidade pacífica, segura, estável e integrada. Nossa nova visão reflete plenamente o que pretendemos alcançar para nós mesmos em nossos vários países e o que estamos empenhados em alcançar a nível regional, continental e global.

8. Por mais ambicioso que seja este programa, estamos totalmente empenhados em implementá-lo. Vamos facultar a liderança necessária, mobilizar nossos cidadãos, especialmente mulheres e jovens, reformar nossas instituições, mobilizar nossos próprios recursos e garantir o apoio de nossos parceiros, para tornar esta visão uma realidade. Juntos, como um povo, nos esforçaremos para trilhar este novo caminho, confiantes de que nossa fé e determinação nos permitirão superar qualquer obstáculo que se coloque em nosso caminho. O futuro sempre pertence aos mais bem preparados, ESTAMOS PRONTOS A PARTIR DE HOJE PARA O NOVO FUTURO! Vamos todos trabalhar juntos para o advento da «**CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para todos!**»

Viva a CEDEAO!



**Sua Excia. Nana Addo Dankwa Akufo-Addo,
Presidente da República do Gana e
Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da**

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DA CEDEAO



S. E. o Sr. Jean-Claude Kassi BROU
Presidente da Comissão da CEDEAO

Discurso do Presidente da Comissão da CEDEAO

1. Tenho a honra de vos apresentar a Visão 2050 da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que estabelece as orientações e aspirações da comunidade para os próximos trinta anos. Gostaria de agradecer a todas as partes interessadas pelo seu envolvimento no processo largamente participativo que levou à formulação desta nova visão que orientará as ações das instituições da CEDEAO durante as próximas três (3) décadas.
2. Em 2010, a CEDEAO lançou pela primeira vez uma visão para dez anos, a Visão 2020, que deveria permitir às instituições comunitárias realizar as suas atividades com o objetivo de ter um impacto concreto sobre as populações. De facto, já em 2007, os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO tinham decidido fazer avançar a Região de uma CEDEAO dos Estados para *uma CEDEAO dos Povos*.
3. No final da década de 2010-2020, a Comissão da CEDEAO realizou uma avaliação da Visão 2020, questionando todos os estratos sociais da Comunidade através de amplas consultas. Esta avaliação forneceu lições importantes que contribuíram para a reflexão e formulação do Visão 2050. Uma análise retrospectiva detalhada permitiu identificar as áreas de reforço das realizações dos anos anteriores.
4. Em primeiro lugar, ao tomar um horizonte temporal mais longo, a CEDEAO tem em conta as necessidades futuras de toda uma geração e dá a si própria mais flexibilidade ao ter em conta as mudanças no ambiente para a realização da Visão 2050.
5. Além disso, o processo de formulação da Visão 2050 foi altamente participativo e inclusivo, permitindo que um mosaico de cidadãos (homens, mulheres e jovens) das zonas urbanas e rurais, e de todas as categorias sociais dos Estados-membros, se expressassem. Desta forma, as suas aspirações mais profundas para os próximos 30 anos foram recolhidas e agrupadas em temas mais amplos.



6. Finalmente, a formulação da Visão teve em conta a pandemia da COVID-19 que afetou profundamente as vidas de pessoas em todo o mundo, incluindo na nossa região, bem como o terrorismo e as alterações climáticas que afetam os nossos países. Trata-se de construir um conjunto coerente de instrumentos para assegurar a resiliência e a transformação estrutural das nossas economias no interesse do nosso povo.

7. A CEDEAO está, portanto, a inovar na formulação da sua Visão 2050, dividindo-a em cinco pilares federadores, refletindo o desejo dos seus cidadãos de viverem juntos, sem barreiras, em segurança e em boa saúde, a fim de alcançarem a prosperidade partilhada, respeitando ao mesmo tempo os seus direitos fundamentais.

8. Esta abordagem foi mais desenvolvida ao nível de cada pilar, definindo objetivos e orientações estratégicas para a Região. A tradução da Visão em objetivos estratégicos relevantes orientará as ações dos Estados-membros da CEDEAO e dos órgãos da Comunidade em todos os setores, particularmente paz e segurança, saúde, boa governação, Estado de direito, desenvolvimento económico, comércio regional e livre circulação, infraestruturas, bem como desenvolvimento humano e social. Esta declinação permitirá também, sob a autoridade da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, acompanhar os progressos da integração regional em termos do seu impacto no bem-estar da população da nossa Comunidade.

9. Não posso concluir sem agradecer e felicitar mais uma vez todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste documento essencial, permitindo-nos assim iluminar o caminho que nos conduzirá juntos para: ***“a CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para todos!”***

Viva a CEDEAO!



**Sua Excelência o Senhor Jean-Claude Kassi BROU,
Presidente da Comissão da CEDEAO**

AGRADECIMENTOS

“Em memória dos cidadãos da CEDEAO que perderam a vida em razão dos ataques terroristas e da pandemia da COVID-19”

1. Com o término da Visão 2020 da CEDEAO, a região embarcou num outro exercício para elaborar uma nova Visão, que servirá de modelo para a agenda de desenvolvimento regional para os próximos 30 anos. Este exercício foi conduzido através de um processo consultivo e inclusivo para garantir que as aspirações dos cidadãos da CEDEAO constituem a base da Visão 2050 na busca de um desenvolvimento sustentável para a nossa Comunidade. O processo exigiu um trabalho árduo e uma dedicação de todas as partes interessadas a nível nacional e regional – os Estados-membros, o pessoal de todas as instituições da CEDEAO, bem como o apoio técnico e financeiro dos parceiros do desenvolvimento.
2. A preparação da Visão 2050 da CEDEAO foi ao mesmo tempo apaixonante e exigente devido aos constrangimentos logísticos, técnicos e financeiros que foram exacerbados pela pandemia da Covid-19, um dos desafios sanitários mundiais mais desestabilizadores do século XXI. A realização da Visão 2050 nestas difíceis circunstâncias é um fato que teria sido impossível sem a liderança do Presidente da Comissão da CEDEAO, Sua Excelência Jean-Claude Kassi Brou, apoiado pela Vice-Presidente e outros membros da direção da CEDEAO, bem como por outros chefes de instituições da Comunidade e parceiros.
3. O Presidente, em colaboração com a equipa, deu os conselhos e a orientação geral do processo. Esta implicação de alto nível e este envolvimento permitiram a mobilização de todas as partes interessadas, levando à elaboração de um documento que resume o futuro da região CEDEAO.
4. O Comité de Diretores, que foi criado para supervisionar o processo de elaboração da Visão, desempenhou um papel central no fornecimento de orientação técnica à Visão. Desejo expressar o apreço da Comunidade a todos os membros deste Comité pelo seu profissionalismo e dedicação ao longo de todo o processo, sob o papel de facilitação e de coordenação do falecido Dr. Nelson MAGBAGBEOLA, antigo Secretário-Geral da Comissão da CEDEAO e do Dr. Hemou P. DEDOU, Representante Permanente da CEDEAO em Bruxelas, que assumiu o cargo após o falecimento prematuro do Dr. Nelson. Gostaria de agradecer todos os meus colegas, os outros diretores e o pessoal pelas suas contribuições para a elaboração deste documento. Tenho tido o privilégio de trabalhar com um pessoal altamente competente e engajado que tem desempenhado um papel fundamental na elaboração da Visão. Estou muito grato pelo seu serviço.



5. A elaboração da Visão 2050 foi facilitada pelo apoio técnico e financeiro da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), sob a liderança da sua Secretária Executiva, Sra.Vera Songwe, através da Diretora do Escritório Regional da África Ocidental, Sra. Ngoné Diop.
6. Gostaria também de expressar o meu profundo reconhecimento à Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) pelo seu apoio técnico e financeiro, que facilitou as consultas e a inclusão dos cidadãos, o desenvolvimento da estratégia de comunicação do Visão 2050 e a sua contribuição para o processo de validação da Visão 2050.
7. O documento desta visão é o resultado do trabalho diligente de várias empresas de consultoria; as suas contribuições e os sacrifícios neste esforço de desenvolvimento comunitário são devidamente reconhecidos. A equipa de Cellule d'Analyse de Politiques Economiques du CIRES- (CAPEC) merece uma menção especial pelo seu profissionalismo, o seu empenho e a sua flexibilidade. A elevada qualidade do seu trabalho permitiu à Comunidade elaborar um documento de visão abrangente.
8. Finalmente, gostaria de agradecer todos os Estados-membros da CEDEAO pelo seu empenho no processo de elaboração do documento Visão 2050 da CEDEAO, que leva em conta as suas aspirações e o seu empenho. Esperamos que este compromisso seja estendido à implementação da Visão para melhorar o bem-estar dos cidadãos da CEDEAO.

Viva a CEDEAO!



Finda E. M. KOROMA

Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO

INTRODUÇÃO

I.1. Contexto

1. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada a 28 de maio de 1975 pelo Tratado de Lagos com o objetivo de *“promover a cooperação e a integração com vista a alcançar a união económica na África Ocidental, a fim de elevar o nível de vida dos seus povos, manter e aumentar a estabilidade económica, reforçar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano”*.
2. Na prossecução deste objetivo, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adotou a Visão 2020 da CEDEAO em junho de 2007. A visão visava criar *“uma região sem fronteiras, pacífica, próspera e coesa, construída sobre a boa governação e onde as pessoas tenham a capacidade de aceder e explorar os enormes recursos criando oportunidades para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental”*.
3. A expiração da Visão em dezembro de 2020 motivou a região a dotar-se de uma nova Visão Estratégica para os próximos anos que tenha em conta as novas dinâmicas regionais e mundiais, bem como os atuais desafios de desenvolvimento.
4. De fato, nos últimos anos, o contexto do desenvolvimento tem sido marcado por grandes mudanças a nível continental e mundial que tiveram um impacto profundo na dinâmica do processo de integração na África Ocidental. Para além da adoção da Agenda 2063 da União Africana, a renovação dos compromissos para a erradicação da pobreza, nomeadamente através da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) e do Programa de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento do Desenvolvimento constitui uma mudança importante na agenda de desenvolvimento dos Estados membros da CEDEAO. Além disso, a adoção do Acordo de Paris sobre o Clima em 2015 para a proteção do planeta contra os efeitos adversos da mudança climática e a adoção do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular em 2020 são tantas questões de importância primordial para os países da CEDEAO e nas quais a cooperação internacional tem vindo a reforçar-se nos últimos anos.
5. Para além destes quadros multilaterais, a atual tendência para a regionalização das parcerias confirma a importância estratégica dos mecanismos regionais na realização dos objetivos de desenvolvimento. Em particular, o aprofundamento dos processos de integração materializado a nível continental pelo lançamento (2019) e a entrada em vigor (janeiro de 2021) da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e a nível da África Ocidental por um compromisso resolutivo com a União Económica e Monetária são, de fato, os fatores marcantes do contexto atual em que a região está a evoluir e que requerem uma visão clara e uma nova orientação estratégica da CEDEAO durante as próximas três décadas. Esta nova orientação terá de ter em conta a 4ª revolução industrial” em curso, marcada pela digitalização das economias e as transformações que geram em termos de desenvolvimento.
6. A situação política atual é relativamente estável na África Ocidental, a julgar pela consolidação da governação democrática. Contudo, o contexto regional continua marcado por desafios de segurança diretamente ligados, não só à insegurança marítima no Golfo da Guiné, mas também ao terrorismo e ao seu financiamento, que são amplamente favorecidos pela extrema vulnerabilidade da região, sobretudo no Sahel. Além disso, a pandemia da COVID-19 e as suas consequências negativas revelaram, mais uma vez, a fragilidade dos sistemas de saúde e a baixa resiliência económica dos países membros. Apesar das taxas de crescimento encorajadoras dos últimos anos, a vulnerabilidade económica da região face aos choques externos continua a ser uma desvantagem, particularmente devido à extrema dependência dos rendimentos dos produtos primários e à baixa diversificação das economias dominadas por setores de

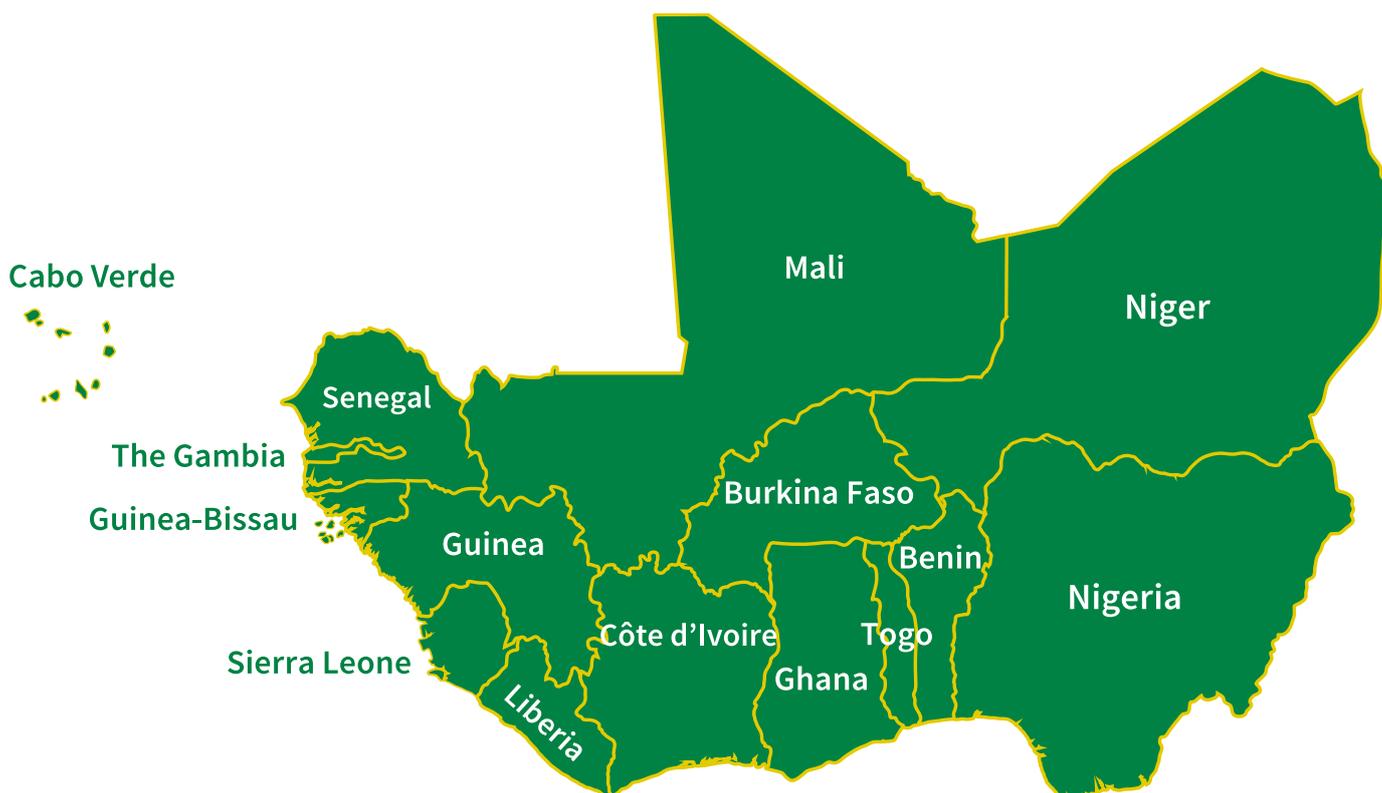
baixo valor acrescido. Além disso, apesar dos esforços, a situação social continua precária numa região confrontada com um elevado crescimento demográfico, uma elevada concentração de jovens, um baixo nível de alfabetização, um elevado nível das desigualdades, um elevado desemprego, um acesso limitado aos serviços sociais básicos e ao emprego decente.

7. Estes diferentes desafios (de segurança, de saúde, sociopolíticos, económicos, demográficos, migratórios e ambientais) têm um impacto no futuro da região e precisam ser abordados no quadro da Visão 2050 da CEDEAO.
8. Com base na atual situação do processo de integração da CEDEAO, o presente documento de Visão expõe as grandes aspirações de desenvolvimento dos cidadãos da África Ocidental para os próximos trinta anos. O documento também descreve os elementos que assegurarão o sucesso e a realização da Visão.

1.2. A CEDEAO em resumo

1.2. Quadro Geral

9. Criada pelo Tratado de 28 de Maio de 1975, a CEDEAO compreende hoje quinze (15) Estados-membros (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo) e cobre uma área total de 5.112.903 km².



Região CEDEAO, © CEDEAO

10. A população regional foi estimada em 401,9 milhões em 2020 com uma elevada proporção de jovens (mais de 60%). Isto faz da África Ocidental uma das regiões mais jovens do mundo, com um forte crescimento urbano.

- 11.** A região tem um potencial considerável em termos de recursos minerais, ecológicos e agronômicos com uma área geográfica suficientemente vasta. Para além da disponibilidade de vastas terras aráveis e pastoris, tem também várias bacias hidrográficas com enorme potencial para irrigação. Do ponto de vista económico, a produção vem essencialmente de produtos de base, particularmente de recursos extrativos (petróleo, ouro, diamantes, urânio, fosfato, manganês, etc.), bem como de matérias-primas agrícolas (produtos alimentícios básicos, incluindo frutas e legumes, bem como as culturas comerciais como o cacau, amendoim, castanha de caju, café, algodão, borracha e madeira, etc.).



Matérias-primas e desenvolvimento da exploração mineira em pequena escala (diamantes) em Kono, Serra Leoa, ©GIZ Michael Duff, Programa Regional de Governação dos recursos (co-financiado pela UE e BMZ)

- 12.** A revisão do Tratado da CEDEAO em 1993 trouxe grandes inovações na agenda do desenvolvimento e da integração com (i) o reforço dos poderes dos órgãos de decisão, (ii) a criação dos mecanismos adequados de prevenção e resolução de conflitos, (iii) a ampliação do campo do processo de integração e da cooperação regional, nomeadamente no que diz respeito aos setores como a paz e a segurança, a integração monetária, a cooperação industrial, o sector privado e o meio ambiente.
- 13.** Desde então, as ações realizadas têm contribuído para aprofundar o processo de integração. A este respeito, a arquitetura regional de paz e segurança foi consolidada através da adoção de instrumentos jurídicos pertinentes e da implementação de mecanismos regionais apropriados para a resolução dos conflitos. Além disso, a consolidação da integração económica resultou na adoção de várias políticas, regulamentos harmonizados e estratégias setoriais de desenvolvimento, bem como na realização de projetos de infraestruturas, particularmente nos diferentes corredores regionais. Resultou também na livre circulação dos bens e das pessoas e na realização da união aduaneira com a entrada em vigor da tarifa externa comum (TEC) em 1º de janeiro de 2015 e a aceleração do programa de cooperação monetária tendo em vista a criação da moeda única.

14. As diferentes medidas de liberalização e a facilitação favoreceram um aumento do comércio entre os Estados membros, tornando a CEDEAO uma das Comunidades Económicas Regionais (CER) mais dinâmicas em África. Contudo, o comércio regional tem ainda de evoluir para atingir um nível comparável ao de outros acordos comerciais regionais como ASEAN, ALENA e a União Europeia. A criação da moeda única continua a ser um trabalho em curso com o compromisso político renovado dos Chefes de Estado e de Governo para implementar a moeda única da CEDEAO (ECO) até 2027.

I.2.2. Disposições institucionais da CEDEAO

15. A fim de facilitar a cooperação, a coordenação, a harmonização de políticas, a implementação projetos de integração e de dar um impulso ao processo de integração, a CEDEAO criou os seus próprios órgãos de decisão e estruturas institucionais. Os órgãos de decisão são: (i) a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; (ii) o Conselho de Ministros. As estruturas institucionais incluem: (i) a Comissão da CEDEAO; (ii) o Parlamento da CEDEAO; (iii) o Tribunal de Justiça da Comunidade; (iv) o Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC); (v) a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS); (vi) o Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capital na África Ocidental (GIABA). Além disso, existem instituições sectoriais especializadas, tais como a Autoridade Regional Reguladora do Setor da Eletricidade da CEDEAO (ARREC), o Sistema de Troca de Energia da África do Oeste (STEO), a Agência Monetária da África Ocidental (AMAO), o Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO) e os comités técnicos especializados, etc.

- i. **A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:** Órgão supremo de tomada de decisões da Comunidade, é responsável por fornecer as orientações gerais e assegurar o controlo da Comunidade, bem como tomar todas as medidas necessárias para garantir o desenvolvimento progressivo e a realização dos objetivos fixados.
- ii. **O Conselho dos Ministros:** Segundo órgão diretor, desempenha um papel de apoio à Conferência. É um órgão funcional que analisa todas as questões submetidas à Conferência. É responsável por assegurar o bom funcionamento e o desenvolvimento da Comunidade. O Conselho de Ministros é apoiado pelos Comitês Ministeriais setoriais e as Comissões Técnicas.
- iii. **A Comissão da CEDEAO:** É o órgão executivo da Comunidade e é responsável pela coordenação das atividades de todas as instituições, bem como pela execução das decisões da Conferência e das diretrizes do Conselho. Assim, a Comissão envia aos órgãos de decisão todas as recomendações que considera úteis para o desenvolvimento da Comunidade e para o reforço do processo de integração.
- iv. **O Parlamento da CEDEAO:** Órgão legislativo da Comunidade, tem por vocação ser “uma assembleia dos povos da Comunidade”. Composto por 115 deputados, o Parlamento da CEDEAO contribui, entre outras coisas, para a implementação dos objetivos e políticas da Comunidade, para o reforço da democracia representativa e para a promoção da paz. Pode tratar de qualquer questão de interesse para a Comunidade, sobretudo na área do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. As prerrogativas do Parlamento da CEDEAO foram reforçadas para assegurar a plena participação das populações da África Ocidental no desenvolvimento e na integração económica da região.
- v. **Tribunal de Justiça da Comunidade:** Principal órgão jurisdicional da Comunidade, assegura o respeito pelo direito e pelos princípios de equidade na interpretação e na aplicação do Tratado. Para o efeito, ele conhece litígios que podem envolver os Estados-membros, as instituições da Comunidade e as pessoas singulares e coletivas residentes na Comunidade. Os nacionais dos Estados-membros podem doravante recorrer diretamente ao Tribunal, cujos acórdãos são vinculativos.

vi. As Instituições e agências especializadas da Comunidade: Para alcançar efetivamente os objetivos de desenvolvimento comunitário, foram criadas algumas instituições especializadas que gozam de uma relativa autonomia. São responsáveis pelas missões específicas que lhes são atribuídas pelo Tratado no âmbito do processo de integração. Tratam-se (i) do Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC), (ii) da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) e (iii) do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA).

vii. Os Comitês Ministeriais Setoriais e as Comissões Técnicas Especializadas: Apoiados pelos peritos, asseguram a governação e dão orientação nas áreas especializadas do desenvolvimento da Comunidade. São responsáveis, dentro das suas respetivas áreas de competência e sobre as questões específicas relacionadas, pela preparação de projetos e programas comunitários e pela apresentação desses projetos para aprovação aos órgãos de decisão da Comunidade (Conselho dos Ministros, Conferência). As disposições do Artigo 22º do Tratado Revisto modificadas pelo Protocolo Adicional A/SP.1/06/06 preveem nove (09) Comitês Técnicos, podendo a Conferência reestruturar os Comitês existentes ou criar novos Comitês, caso seja necessário. Os nove Comitês são: (i) Administração e Finanças, (ii) Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos, (iii) Desenvolvimento Humano e Género, (iv) Infraestruturas, (v) Políticas Macroeconómicas, (vi) Assuntos Políticos Paz e Segurança, (vii) Comércio, Alfândegas e Livre Circulação de pessoas, (viii) Assuntos Jurídicos e Judiciais e (ix) Comunicação e Informática.

viii. Bureau de l’Auditeur Général: dans les efforts d’amélioration de ses performances, la CEDEAO s’est dotée d’un Bureau de l’Auditeur Général chargé du suivi de l’impact, de la qualité et de l’efficacité des programmes. Ce Bureau veille au respect des normes opérationnelles et à la préservation de l’intégrité des pratiques de bonne gouvernance.

I.2.3. Reformas Institucionais

16. Foram empreendidas reformas desde 2006, com o objetivo de melhorar o desempenho das instituições da CEDEAO, acelerar o processo de integração regional e promover o desenvolvimento. Como parte destas reformas, o Secretariado Executivo foi transformado numa Comissão com um número de Comissários responsáveis, cada um no que lhe diz respeito, por um setor específico da agenda regional.
17. Desde então, o campo desta reforma foi reforçado e ampliado com a reorganização e a reestruturação do quadro operacional das instituições da CEDEAO. Em particular, a fim de reduzir ainda mais os custos de funcionamento da CEDEAO, a 59ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizada a 19 de junho de 2021, decidiu reduzir a dimensão da Comissão de quinze (15) para sete (7) membros. Globalmente, as reformas empreendidas visam melhorar a eficácia e eficiência no funcionamento das instituições, nomeadamente através da melhoria dos sistemas e procedimentos operacionais, e no reforço dos sistemas de controlo interno nas áreas das Finanças, Auditoria, Gestão dos Recursos Humanos e das Aquisições Públicas.
18. As diferentes iniciativas empreendidas no quadro da reestruturação permitiram reduzir os custos operacionais e visam, entre outras coisas, assegurar (i) a implementação de estruturas organizacionais adequadas e viáveis; (ii) a melhoria dos processos administrativos; (iii) a implementação de sistemas funcionais para a conceção e a avaliação de programas baseados em resultados; (iv) a implementação de um sistema eletrónico de gestão de documentos, etc.



Sala de conferências da CEDEAO, Abuja, Nigéria © GIZ

II. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA CEDEAO: AVALIAÇÃO DA VISÃO 2020 E ANÁLISE RETROSPETIVA

19. O processo de integração da CEDEAO está dentre aqueles das Comunidades Económicas Regionais (CER) de maior sucesso na África. Esse sucesso está ligado não só ao nível de avanço alcançado no processo, mas também às realizações registadas desde 1975. Apesar desta evolução, subsistem dificuldades no que diz respeito ao aprofundamento do processo de integração. A avaliação da Visão 2020 bem como os principais resultados da análise retrospectiva da região permitem elaborar um quadro geral das realizações registadas e da magnitude dos desafios futuros.

II.1. Avaliação da Visão 2020: Lições aprendidas

- 20.** A Visão 2020 da CEDEAO adotada em junho de 2007 visava contribuir para a erradicação da pobreza e para a consolidação da paz e segurança regionais, bem como para o desenvolvimento socioeconómico sustentável. Com base no slogan «passar de uma CEDEAO dos Estados para uma CEDEAO dos povos», esta Visão baseava-se em cinco pilares: (i) a paz e a segurança (ii) a boa governação (iii) o desenvolvimento dos recursos da região (iv) a integração económica e monetária e (v) a promoção do setor privado.
- 21.** A avaliação desta Visão 2020 permitiu apreciar não só o nível de realizações, mas também os desafios relacionados com a sua aplicação.
- 22.** Globalmente, na área da paz, da segurança e da estabilidade, a CEDEAO tem desempenhado um papel crucial na gestão de numerosas crises políticas, na resolução de conflitos e na consolidação da paz e da democracia, graças nomeadamente aos diferentes instrumentos e mecanismos desenvolvidos nesta área.
- 23.** Além disso, foram feitos progressos significativos no processo de consolidação do *mercado comum*, com a livre circulação das pessoas, o regime de liberalização do comércio e, sobretudo, a criação da União Aduaneira, concretizada pela entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) em 2015.



Navio porta contentores em Banjul, Gâmbia, © Katja Lehmann

24. *Na área do desenvolvimento de infraestruturas*, foram feitos esforços significativos na aplicação do programa regional de facilitação dos transportes, com particular ênfase no programa de postos fronteiriços justapostos e no programa de desenvolvimento de corredores. Além disso, no que diz respeito ao reforço da interconexão entre os Estados-membros, foram feitos progressos na implementação de sistemas de trocas de energia elétrica, no programa de abastecimento em eletricidade, na promoção das energias renováveis e na eficiência energética. Estes diferentes programas contribuem para a melhoria da competitividade regional, apoiados pelas estratégias de desenvolvimento do setor privado e pela política industrial comum.



Construção de um abrigo solar fotovoltaico na Universidade de Ibadan, Nigéria, © Ashdam Solar

25. *Em termos de desenvolvimento de programas setoriais*, as realizações significativas incluem nomeadamente a implementação de políticas apropriadas com vistas a reforçar a resiliência da região. É o caso particular daquilo que se refere à adoção dos quadros de harmonização, nomeadamente de políticas macroeconómicas e o reforço das estratégias sectoriais nas áreas da agricultura e da segurança alimentar, do meio ambiente e da gestão sustentável dos recursos, bem como do desenvolvimento socioeconómico e do capital humano com políticas relevantes para os jovens, as mulheres e as crianças.



Aliança Sahel, Promover uma agricultura sustentável, Burkina Faso, © GIZ / Aude Rossignol

- 26.** As orientações da Visão 2020 tornaram possível, através de políticas regionais pertinentes e respostas adaptadas aos desafios do desenvolvimento, consolidar a integração oeste africana e estabelecer uma abordagem estratégica e programática para a aplicação da agenda comunitária.
- 27.** Mais especificamente, a Visão 2020 permitiu progressos na aplicação de programas sectoriais, nomeadamente, através de:
- Um melhor planeamento estratégico e uma gestão do processo de integração em torno dos programas comunitários estruturantes;
 - Uma melhor hierarquização das prioridades na formulação das políticas regionais;
 - Um melhor envolvimento das populações no acompanhamento da execução dos programas, sobretudo através da criação de plataformas apropriadas de concertação (intervenientes não estatais: OSC, setor privado, etc.);
 - Uma melhor estruturação e coordenação das parcerias na execução dos programas comunitários;
 - A implementação de instrumentos de programação e de acompanhamento com a criação de departamentos apropriados.
- 28.** Apesar destes avanços notáveis, a avaliação da Visão 2020 mostrou que ainda há esforços a fazer, em particular para (i) reforçar a apropriação dos programas e políticas pelos Estados-membros, (ii) assegurar a execução efetiva desses programas, políticas e dispositivos regulamentares, (iii) aumentar a visibilidade dos programas e das intervenções, (iv) garantir a disponibilidade de recursos suficientes; (v) melhorar e reforçar o dispositivo de pilotagem, de coordenação e de seguimento-avaliação, e (vi) encorajar uma maior participação dos cidadãos comunitários e das organizações da sociedade civil e do setor privado no processo de integração e de desenvolvimento da região.
- 29.** Estes esforços, que ainda têm de ser feitos, exigirão sobretudo a consolidação do papel preeminente dos Estados-membros na execução da agenda regional e dos programas. Este papel implica um forte compromisso, através de ações, meios e políticas apropriadas, para reforçar a resiliência das economias e apoiar os esforços de desenvolvimento dos estados membros, particularmente no que diz respeito: (i) ao acesso das populações da África Ocidental aos serviços sociais básicos de qualidade, (ii) à luta contra a

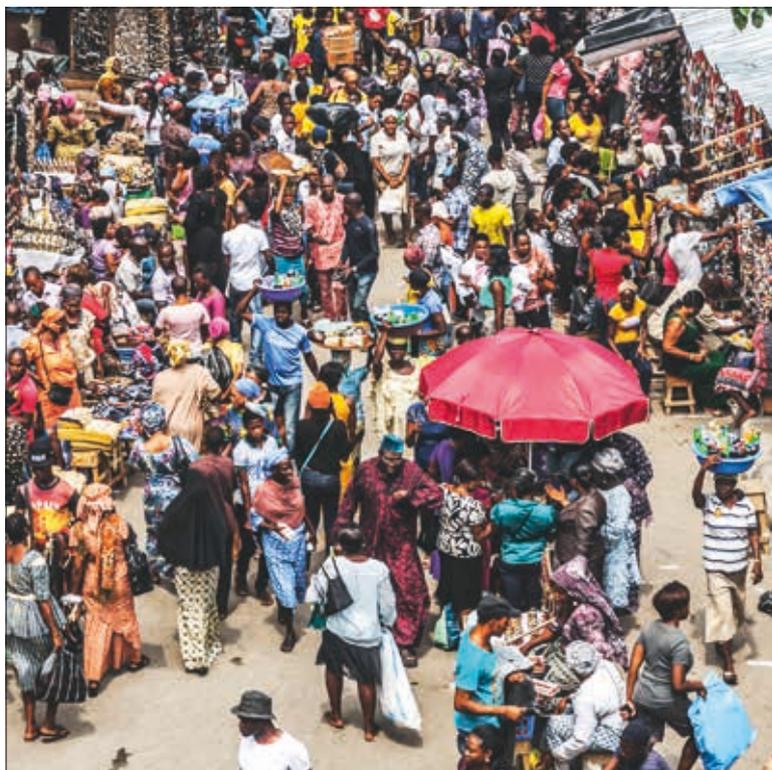
desigualdade de género e qualquer forma de violação dos direitos humanos, (iii) ao aumento da oferta de infraestruturas, (iv) à gestão da vulnerabilidade face às mudanças climáticas, e (v) à resposta aos novos desafios em matéria de segurança, migração e saúde, etc.

II.2. Principais Resultados da Análise Retrospectiva

30. Com base nos documentos prospetivos e de planificação da maioria dos Estados-membros, a análise retrospectiva da região permitiu destacar a gravidade dos desafios e das questões futuras em torno das grandes questões que, a seguir, se expõem.

II.2.1 Demografia, Capital Humano, Desenvolvimento Social

31. **Uma região ainda caracterizada por elevadas taxas de fertilidade:** a CEDEAO tem uma população estimada em 401,9 milhões de habitantes em 2020, dos quais mais da metade (206,1 milhões em 2020) é da Nigéria, maior economia da região. É a região mais populosa do continente africano. A sua população multiplicou-se por quase 5,7 desde 1950, quando era estimada em cerca de 70,9 milhões de pessoas. A taxa de fertilidade, embora em declínio desde 1980, é superior a 4 filhos por mulher durante o período de 2015-2020 em 13 Estados Membros da CEDEAO.



A enorme metrópole da Nigéria, Lagos, Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio na África do Oeste

32. **Uma região em crescente urbanização:** A proporção da população que vive nos centros urbanos da África Ocidental aumentou rapidamente, passando de 14,7% em 1960 para 47,6% em 2020. Prevê-se que esta proporção aumente para 53,5% em 2030 e 63,7% em 2050. Com base nos dados disponíveis, parece que mais de 50% da população urbana em 10 países da região reside em favelas, onde as condições

sanitárias e sociais são por vezes mais precárias do que nas zonas rurais (CEA, 2020a). A urbanização crescente da região é um fator chave na mudança do comportamento das populações. Se for bem gerida, pode representar uma oportunidade para reduzir a taxa de fertilidade, acelerar a transição demográfica, reforçar a coexistência pacífica, e fomentar o crescimento económico.

- 33. Uma população jovem, uma força, mas também um fator de risco para a estabilidade da região e para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável:** A idade média da população da África Ocidental é de 18 anos. Quase 44% dessa população tem menos de 15 anos e 65% tem menos de 25 anos (CEA, 2019c); CEDEAO, 2010). Embora isto possa ser um triunfo, esta grande proporção de crianças e jovens apresenta riscos de instabilidade na região com desafios económicos e sociais, incluindo a espinhosa questão da educação e do desemprego juvenil, e o problema do acesso à saúde na região. A taxa oficial de desemprego dos jovens (15–24 anos de idade) na África Ocidental é estimada em 11,9% em 2020. Os empregos concentram-se no setor informal; notou-se que a falta de oportunidades de emprego para os jovens contribui para alimentar os movimentos migratórios e a insegurança regional.
- 34. Uma necessidade de acelerar a transição demográfica na região:** A proporção de dependência demográfica é estimada em 85% em 2020. Implica que uma pessoa ativa, com idade compreendida entre os 15 e 64 anos, tem 0,85 dependente. Esta proporção pouco mudou nos últimos 40 anos. De 90,8% em 1980, caiu para 88,5% em 2010. Este rácio deve-se em grande parte à elevada proporção de crianças (com idades compreendidas entre 0–14 anos) no total da população.



Dormitório / centro de tratamento em Tema, Gana, © CEDEAO

- 35. Melhorias observadas mas ainda há muito a fazer na área da saúde:** foram registadas melhorias na área da saúde com o aumento da esperança de vida à nascença e a diminuição das taxas de mortalidade durante as últimas quatro (4) décadas. Entretanto, o desempenho continua a variar de um país para outro. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos é de 77,5 mortes por 1000 nados-vivos em comparação com 74,7 para a África Subsaariana em 2017. A taxa de mortalidade materna é de 562,5 casos por 100 000 nados-vivos em comparação com 547 na África Subsaariana em 2015. Os sistemas nacionais de saúde ainda são frágeis, com baixa capacidade de resiliência às doenças tropicais e aos choques sanitários (Ébola, Covid-19, etc.). Apesar dos esforços da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS), os desafios persistentes estão relacionados tanto com a disponibilidade de infraestruturas, a quantidade e a qualidade do pessoal médico quanto com a governação dos sistemas de saúde.



As crianças são o futuro da nossa sociedade, Costa do Marfim, © GIZ / Gaël Gellé

- 36. Melhoria no acesso à educação, mas necessidade de adaptação dos sistemas educativos aos atuais desafios do mercado de trabalho:** Nos últimos sessenta (60) anos, o acesso à educação primária melhorou globalmente na África Ocidental. Em 2018, países como Benim (122,0%), Cabo Verde (104,0%), Gana (103,6%), Serra Leoa (112,8%) e Togo (123,8%) excederam os limiares de 100%. Entretanto, a maioria dos Estados-membros está a lutar para proporcionar às suas populações um acesso universal a uma educação de qualidade devido às suas capacidades e recursos limitados e aos constrangimentos sociais e culturais que são muitas vezes difíceis de resolver. Como resultado, o desempenho parece ser inadequado na educação pré-escolar, secundária e superior. Por outro lado, há uma elevada concentração de alunos e estudantes no ensino geral. Menos de 4% dos jovens dos 15 aos 24 anos estão inscritos em cursos técnicos e profissionais nos países da região (UNESCO, 2020). Além disso, as formações ministradas nas escolas são frequentemente de qualidade insuficiente e inadaptadas às necessidades do mercado de trabalho (CEDEAO 2020).



Liceu em Cotonou, Benin, © Katja Lehmann

- 37. Desempenho insuficiente em termos de capital humano e de desenvolvimento humano:** Devido às deficiências notadas nos sistemas de educação e saúde, grande número dos países da CEDEAO têm registado um fraco desempenho no Índice de Capital Humano do Banco Mundial. Com a exceção do Gana, que se encontra no segundo quartil desse índice, os outros países da região encontram-se no quartil mais baixo do Índice de Capital Humano em 2020¹. Por outro lado, a classificação de 2019 do Índice de Desenvolvimento Humano mostra que 13 dos 15 Estados-membros têm um desempenho abaixo da média do IDH dos países em desenvolvimento e da África Subsaariana². Apenas Cabo Verde (126º) e Gana (138º) estão entre os países de desenvolvimento humano médio.
- 38. Uma baixa taxa de desemprego contrastando com uma elevada percentagem de empregos precários a nível regional:** as taxas de desemprego são baixas na maioria dos países da região com uma taxa regional estimada em 6,6% em 2020. No entanto, muitos dos empregos criados não são decentes³. A maioria das pessoas são trabalhadores independentes (61,7% em 2018), trabalham no setor informal e estão envolvidas em empregos precários⁴ que representavam mais de 70% dos empregos disponíveis em 12 países da CEDEAO em 2018. Em 2018, quase 38,4% dos indivíduos em idade ativa empregados na região viviam abaixo do limiar da pobreza, com menos de 1,90 dólar americano por dia. As proporções de emprego vulnerável nas economias da região estão positivamente correlacionadas com o baixo nível de qualificação da força de trabalho.

1 Os dados sobre Cabo Verde e Guiné Bissau não estão disponíveis em 2020
<https://www.banquemondiale.org/fr/publication/human-capital>

2 Calculado a partir do PNUD/Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2020

3 De acordo com a definição da OIT, o trabalho decente é o trabalho produtivo que mulheres e homens podem fazer em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Este conceito implica, portanto, o acesso a trabalho produtivo e adequadamente remunerado, a segurança no local de trabalho e a proteção social para as famílias, melhores perspetivas de desenvolvimento pessoal e a inserção social, a liberdade para os indivíduos expressarem as suas reivindicações, para se organizarem e participarem nas decisões que afetam a sua vida, e a igualdade de oportunidades e de tratamento para todos.

4 O emprego precário refere-se mais frequentemente a experiências de trabalho associadas a baixos rendimentos, à instabilidade, à falta de proteção e à vulnerabilidade socioeconómica.

39. Um declínio na proporção de pessoas pobres na região, mas associado a um aumento das desigualdades de rendimentos e da insegurança alimentar: Entre 2010 e 2019, a proporção da população da África Ocidental que vive abaixo do limiar de pobreza (1,9 dólar por dia) caiu de 49% para cerca de 36,0%. Contrariamente a esta tendência, as desigualdades de rendimentos aumentaram em todos os países desde o início dos anos 2000. Apesar do crescimento da produção agrícola nos últimos 15 anos, a região é propensa à insegurança alimentar, que tem vindo a aumentar desde 2014. A prevalência de grave insegurança alimentar entre a população aumentou de 20,7% em 2014 para 29,5% em 2017⁵. Esta insegurança alimentar, por vezes crónica, por vezes cíclica, está ligada aos efeitos das mudanças climáticas e das catástrofes naturais. A insegurança alimentar pode agravar-se com os efeitos da COVID-19, o que provocou, entre outras coisas, um abrandamento na procura mundial de produtos agrícolas e não agrícolas. Além disso, a transformação dos sistemas alimentares continua a ser uma grande preocupação para as próximas décadas. A fim de tirar melhor partido das oportunidades oferecidas pela dimensão do mercado doméstico, estes sistemas terão de se adaptar às evoluções da procura, tendo obviamente em conta a rápida urbanização. Essa traduz-se de facto, não só por um crescimento do número dos consumidores não produtores, mas também por mutações qualitativas do pedido. O mercado alimentar está a crescer fortemente. Pelo menos dois terços (2/3) das necessidades alimentares são satisfeitas pelo mercado regional. A economia alimentar é o setor económico líder na região, com uma estimativa de 36% do PIB regional em 2011. Cerca de 40% do valor acrescentado da economia alimentar provém agora de atividades não agrícolas. Consequentemente, o desenvolvimento dos outros segmentos das cadeias de valor alimentar será de grande utilidade para a segurança alimentar e nutricional na África Ocidental, para a qual é também necessário assegurar a manutenção de uma agricultura performante.



Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio na África do Oeste

5 <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ca2710en.pdf>

- 40. Desigualdades de género ainda elevadas apesar dos progressos observados:** Apesar dos progressos feitos pela maioria dos países em termos de participação das mulheres nos setores económico e social, as desigualdades de género ainda continuam marcando a região. O Índice de Paridade de Género McKinsey mostra níveis extremos de desigualdade dentro dos países da CEDEAO, com pontuações de paridade que variam entre 0,45 no Níger e 0,59 no Gana em 2019⁶. Esta análise é confirmada pelos trabalhos do PNUD, que colocam a maioria dos países da CEDEAO entre os 20 últimos da classificação mundial do Índice de Desigualdade de Género de 2017 do PNUD⁷. Estas desigualdades de género dizem respeito, entre outras coisas, ao acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, aos recursos fundiários e aos órgãos nacionais de tomada de decisão.

II.2.2. Meio Ambiente e Recursos Naturais

- 41. Uma região com baixo nível de emissão/de poluição ambiental:** De acordo com o Global Carbon Project, a região da CEDEAO tem um baixo nível de emissão de CO₂ estimado em 2018 em 192,9 Mt CO₂, ou seja 0,52% dos 36.573 Mt CO₂ emitidos por todos os países do mundo. Entretanto, para promover uma melhor gestão da poluição ambiental, a CEDEAO elaborou políticas regionais adequadas centradas no desenvolvimento das energias renováveis. Os Estados Membros desejam aumentar a parte das energias renováveis no mix de eletricidade global da região para 10% até 2020 e 19% até 2030. Cerca de 25% da população rural da CEDEAO deverá também beneficiar de conexão através de mini-redes e sistemas autónomos até 2030.



Formação de formadores sobre o solar fotovoltaico e a concepção de mini-redes, © GIZ / Sharon Kaburuk

- 42. Um espaço altamente sujeito às mudanças climáticas:** A região da África Ocidental pode ser dividida em duas grandes zonas climáticas: o Sahel e o Golfo da Guiné. A temperatura média anual é quase sempre superior a 28° C. As regiões climáticas baseiam-se na precipitação anual, que varia entre 200 mm no Norte e mais de 2.000 mm no Sul. Os níveis de precipitação e as tendências podem mudar de forma imprevisível. A subida do nível do mar acompanhada pela subida das temperaturas constitui uma ameaça para as regiões e os ecossistemas costeiros. De acordo com as atuais previsões climáticas, a África Ocidental será grandemente afetada pelas mudanças climáticas. Nos últimos quarenta (40) anos, os impactos das

6 <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20insights/gender%20equality/the%20power%20of%20parity%20advancing%20womens%20equality%20in%20africa/mgi-the-power-of-parity%20advancing%20womens%20equality%20in%20africa.pdf>

7 Cabo Verde, Nigéria, Guiné Bissau, Guiné não classificados em 2017

variações climáticas evidenciaram a vulnerabilidade da região. Apesar dos esforços de adaptação e das medidas de antecipação e de alerta precoce dos Estados membros, a África Ocidental ainda está exposta às mudanças e à variabilidade climáticas. Os diferentes cenários indicam que a variabilidade climática atual é suscetível de aumentar e intensificar-se. Secas, cheias e tempestades, que já são recorrentes, poderão de fato aumentar em frequência e intensidade.

- 43. Recursos fundiários e florestais em grande procura:** A África Ocidental abriga apenas 11% de florestas tropicais densas dos 1,2 milhões de m² do mundo. A região perdeu quase um terço (1/3) das suas florestas de mangais ao longo dos últimos 25 anos. Embora os benefícios ambientais, sociais e econômicos das florestas de mangais sejam geralmente subavaliados, elas proporcionam benefícios econômicos e ambientais vitais. As deficiências nas estratégias de conservação, da aplicação das leis e na governação, bem como a falta de incentivos para uma mudança de comportamento, estão entre os fatores que conduzem à desflorestação, à degradação e à perda da biodiversidade na região. A proteção destas florestas, que são geralmente transfronteiriças, requer ações concertadas em todos os níveis (local, nacional, bilateral e regional).
- 44. Um potencial hídrico importante sob pressão:** a água é essencial à vida e representa um fator chave no desenvolvimento socioeconómico. O acesso à água e ao saneamento, o aumento da produtividade agrícola, o controlo da poluição da água, a gestão integrada de bacias hidrográficas transfronteiriças, o desenvolvimento de infraestruturas hídricas, são fatores chaves na luta contra a pobreza. A África Ocidental possui recursos hídricos significativos, com 28 bacias hidrográficas transfronteiriças que cobrem 71% da área total da região. Entretanto, a região sofre de défices crónicos de água devido a uma distribuição desigual das chuvas e do escoamento superficial, à fraca mobilização de recursos potenciais e à má gestão dos recursos existentes. Tendo em conta o rápido crescimento da população da África Ocidental, a progressão da degradação ambiental e da poluição e as ameaças ligadas a um recurso em diminuição, a gestão integrada dos recursos hídricos aparece como um desafio de desenvolvimento para a região. Além disso, o acesso à água potável e ao saneamento é uma preocupação para 40% e 60% da população, respetivamente. A agricultura irrigada é ainda marginal; apenas 10% das terras potencialmente irrigáveis são irrigadas. O potencial hidroelétrico é enorme e apenas 16% do mesmo é explorado. A região tem poucas barragens, com pouco menos de 150 grandes barragens de um total de 1.300 no continente.



Instalação de um lavatório no lado desembarque do peixe em Brufut, Gâmbia, Ngenarr-Yassin Jeng, Brufut, Gâmbia

- 45. Enormes jazigos de recursos extrativos ainda amplamente inexplorados:** a maioria dos países da CEDEAO são ricos em recursos naturais, principalmente em gás, petróleo e outros minerais e metais preciosos. Embora estes recursos extrativos estejam em grande parte inexplorados, a sua disponibilidade confere à África Ocidental o estatuto de uma região rica em potencialidades naturais. A contribuição dos setores petrolífero e mineiro para o PIB dos Estados membros da CEDEAO varia segundo os países. Em 2020, as minas e pedreiras representaram 7,5% do PIB do Gana, 10,2% do PIB do Burkina Faso e 4% do PIB da Côte d'Ivoire. Na Nigéria, o setor extrativo representou 9% do PIB em 2020. Tendo em conta a importância do setor no processo de desenvolvimento da região, a CEDEAO adotou políticas regionais apropriadas, particularmente para o desenvolvimento dos recursos minerais e do setor mineiro.



Matérias-primas e desenvolvimento da exploração mineira em pequena escala (diamantes) em Kono, Serra Leoa, © GIZ / Michael Duff, Programa Regional de Governação dos recursos (co-financiado pela UE e BMZ)

II.2.3. Governação, Paz e Segurança

- 46. Sinais de um enfraquecimento da governação democrática na região:** A adoção do Protocolo Relativo ao Mecanismo de Prevenção, de Gestão, de Resolução dos conflitos, de Manutenção da Paz e da Segurança (1999) bem como do Protocolo Adicional sobre a Democracia e a Boa Governação (2001) permitiram à região fazer progressos na área da prevenção dos conflitos. Esses mecanismos permitiram consolidar progressivamente os ganhos democráticos em torno dos princípios de convergência constitucional baseados na separação dos poderes, na participação política dos cidadãos no processo democrático, no controlo democrático, na tolerância zero para a tomada do poder por meios não constitucionais, na liberdade de imprensa e na liberdade de expressão, etc. Embora as situações de tomada do poder por meios não constitucionais sejam menos frequentes (com a recente exceção do Mali (2020), Guiné (2021) e Burkina (2022), existe uma tendência marcada por crises relacionadas com alterações constitucionais não consensuais. Os processos democráticos ainda são frágeis. Os frequentes desafios aos processos

eleitorais (vistos como menos consensuais) conduzem por vezes a graves crises políticas e institucionais, criando instabilidade, com consequências negativas para a região.



Missão de Observação eleitoral da CEDEAO em 2019, Guiné-Bissau, © CEDEAO

- 47. Uma situação de segurança cada vez mais complexa:** desde os anos 2000, tem havido uma clara diminuição das guerras civis em grande escala. Por outro lado, a situação de segurança tornou-se mais complexa com a interligação de ameaças multifacetadas e complexas, incluindo nomeadamente o tráfico de armas, o tráfico de droga, o branqueamento de capitais, o terrorismo e o seu financiamento, o tráfico de seres humanos, a cibercriminalidade e a contrafação de todos os tipos de produtos, particularmente produtos farmacêuticos (medicamentos falsificados). O fenómeno do terrorismo e o seu financiamento constituem agora um grande pântano de segurança para os países da região, particularmente os da zona do Sahel. Inicialmente limitados a certos Estados do Sahel (Mali e Níger) e da Bacia do Lago Chade (Nigéria), os ataques terroristas multiplicaram-se e alastraram-se a outros países (Burkina Faso, Côte d'Ivoire). Apesar dos esforços feitos pelos Estados-membros a nível nacional e regional, o terrorismo continua a ser uma ameaça real para o conjunto dos países da região, incluindo os países costeiros. O número declarado de mortes devidas ao terrorismo quintuplicou em três anos, com 4000 vítimas em 2019 no Burkina, Mali e Níger. Nos primeiros cinco (5) meses de 2021, 670 incidentes armados perpetrados por grupos terroristas na região resultaram em mais de 2840 vítimas. Para além de ser alvo de grupos terroristas e traficantes de todos os tipos, a região (especialmente na sua zona costeira) enfrenta uma crescente insegurança transfronteiriça. Isto deve-se à falta de controlo das zonas marítimas e à expansão da pirataria e das atividades ilícitas no mar, incluindo a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), que têm consequências diretas sobre a resiliência da região. As diferentes vulnerabilidades da região, exploradas pelos criminosos, são assim expostas, juntamente com as capacidades de resposta insuficientes e inadequadas dos Estados-membros face às ameaças no mar. Para além destas ameaças, existem outros elementos de fragilidade ligados à gestão e à exploração dos recursos naturais, ao ritmo lento das reformas nos setores da defesa e segurança e aos problemas de gestão fundiária.

- 48. A necessidade de assegurar a operacionalização da Força de Alerta da CEDEAO:** Apesar da experiência da CEDEAO na manutenção da paz, a fraqueza das capacidades operacionais, logísticas e financeiras dos Estados-membros impede a operacionalização plena da Força de Alerta da CEDEAO e, por conseguinte, da Força de Reserva Africana da qual é um pilar. Estas deficiências contribuem para abrandar significativamente a execução efetiva e eficiente da arquitetura regional de paz e segurança.
- 49. Uma situação humanitária em deterioração:** A situação de segurança combinada com a insegurança alimentar, as alterações climáticas, os confrontos comunitários (pastores/agricultores) e o impacto da COVID 19, exacerbaram a situação humanitária na região. A tendência geral de insegurança está a provocar grandes fluxos de pessoas deslocadas internamente e um aumento do nível de assistência humanitária necessária. Existem atualmente 451.417 refugiados e mais de 3,7 milhões de deslocados internos na região (ANHCR 2021), dos quais 57% e 32% estão respetivamente na Nigéria e no Burkina Faso. A insegurança na área está também a causar um aumento das violações dos direitos humanos e a impedir o acesso humanitário, privando as comunidades de assistência essencial. Em 2021, 29 milhões de Saelianos precisaram de assistência e proteção humanitária; ou seja, mais 5 milhões do que em 2020.



Equipamentos médicos CEDEAO-OMS COVID-19 para distribuição aos Estados Membros da CEDEAO, Nigéria, Abuja © CEDEAO

- 50. Uma região sempre submetida a desafios de corrupção:** Cabo Verde é o único país da sub-região classificado fora da “zona vermelha” do Índice de Perceção da Corrupção (IPC) da Transparency International 2019. Este Estado membro também ocupa um lugar de destaque a nível continental, onde está classificado em 3e (depois do Botswana e das Seychelles). Estes resultados demonstram a existência de uma forte vontade política de combater a corrupção e de uma forte mobilização social contra este flagelo.

II.2.4. Crescimento Económico, Transformação Estrutural e Desenvolvimento do Setor Privado

- 51. Um Crescimento económico forte, mas que está perdendo a força, com pouco impacto no nível de vida da população:** Desde o início dos anos 2000, os países da CEDEAO têm, na sua maioria, registado elevadas taxas de crescimento económico. A taxa média de crescimento quinquenal passou de 6,8% entre 2001 e

2005, para 6,3% entre 2006 e 2010, depois para 5% entre 2011 e 2015. Foi estimado em 2,2% entre 2016 e 2018. A situação da COVID 19 levou a um declínio de 1,7% do PIB real em 2020 após um crescimento real de 3,9% em 2019. Este abrandamento do crescimento, ao provocar uma queda na produção per capita, levou a uma queda do nível de vida. É de notar que este crescimento é principalmente impulsionado pelo consumo privado, com a ascensão da classe média.



Aliança Sahel, Promover uma agricultura sustentável, Burkina Faso, © GIZ/Aude Rossignol/ Aude Rossignol

- 52. Um aumento das exportações e um início da diversificação:** As exportações estão gradualmente a tornar-se um dos principais motores do crescimento económico da região. No entanto, continuam concentradas num número limitado de produtos. O Índice de Concentração das Exportações do FERDI⁸ é de 79/100 para a Nigéria em 2018. Foi 14/100 para o Senegal, 33/100 para a Côte d'Ivoire e 42/100 para Gana. A tendência descendente deste índice desde 2006 é um bom augúrio para a diversificação das exportações da região. De facto, o índice caiu de 0,63 entre 2006 e 2010 para 0,56 entre 2011 e 2015, situando-se em 0,44 entre 2016 e 2018.

⁸ Este indicador mede a concentração setorial das exportações de um país. A elevada concentração das exportações é uma fonte de vulnerabilidade. A medida da concentração das exportações deriva de um índice de Herfindahl-Hirschmann aplicado às exportações de mercadorias (excluindo os serviços) seguindo a classificação CTCI de “três dígitos”. As pontuações de desempenho são distribuídas de 0 a 100. A pontuação mais baixa reflete a melhor situação (<https://competitivite.ferdi.fr/indicateurs/concentration-des-exportations>).



As exportações tornam-se um dos principais motores do crescimento económico na região da CEDEAO, na Nigéria, Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio na África do Oeste

- 53. Uma insuficiente mobilização dos recursos internos num contexto marcado pelas restrições ao financiamento do desenvolvimento:** A maioria dos países da CEDEAO está a lutar para alcançar uma pressão fiscal de mais de 20%. Este baixo nível de mobilização dos recursos públicos é suscetível de comprometer a viabilidade do crescimento económico da zona que começou nos anos 2000. A parte do setor informal na economia varia entre 20% e 65%. Na ausência de oportunidades suficientes no setor formal, o setor informal é um refúgio para muitas pessoas que nele encontram trabalho e meios de subsistência (FMI, 2017). A informalização da economia contribui para o enfraquecimento das capacidades de mobilização de recursos internos. Além disso, o esgotamento dos mecanismos tradicionais de financiamento, tais como a ajuda pública ao desenvolvimento, coloca restrições financeiras adicionais que dificultam a realização dos objetivos da CEDEAO. Estas dificuldades evidenciam a relevância do recurso aos financiamentos inovadores, que não são suficientemente explorados na região.
- 54. Um baixo stock da dívida externa, mas cujo peso está a aumentar:** A percentagem do stock da dívida externa no PIB diminuiu acentuadamente desde o início dos anos 2000. Caiu de 66,9% em 2000 para 10,1% em 2014, nomeadamente como resultado da iniciativa PPTE da qual muitos países da região beneficiaram. Contudo, esta tendência está a ser invertida com a parte do stock da dívida estimada em 15,1% e 18,1% do PIB em 2019 e 2020, respetivamente. As restrições económicas causadas pela pandemia da COVID-19 agravaram a situação dos países. Estes últimos mobilizaram-se para apoiar diversas iniciativas, a nível continental e internacional, sobre o financiamento das economias africanas e sobre a reestruturação das dívidas dos países em desenvolvimento.
- 55. Um início de transformação estrutural em vários países da CEDEAO:** De quase 25% em 2000, a percentagem da agricultura no PIB regional aumentou para quase 35% em 2002 e situava-se em cerca de 20% em 2018. Além disso, os empregos no setor agrícola (54% em 2000 contra 42,7% em 2017) está a diminuir, enquanto o seu nível está a aumentar no setor dos serviços (34% contra 44,4%) e na indústria (11% contra 12,7%). Em termos de industrialização, o Gana lidera com uma parte do setor industrial e transformador que representa 42% do seu PIB. É seguido pela Côte d'Ivoire (38%), Nigéria (35%) e Senegal (34%). Assistimos a um início de transformação estrutural nesses países.
- 56. Um ritmo de inovação tecnológica demasiado lento para sustentar a transformação:** os países da CEDEAO têm geralmente um baixo nível de perícia científica e técnica, agravado por um desequilíbrio de género na aprendizagem das ciências e técnicas. As taxas de analfabetismo são ainda elevadas com um baixo nível de formação para toda a zona. Este nível aumentou de 27% em 1990 para 46% em 2018 para os rapazes, e de 20% para 41% para as raparigas. A taxa bruta de matrículas no ensino superior era

de 9,2% em 2012. Além disso, a parte do PIB dedicada à investigação foi de 0,3% em 2004; com uma proporção significativa da despesa interna bruta em investigação e desenvolvimento (I&D) proveniente de financiamento externo (UNESCO 2015).

57. Uma região preocupada em promover os investimentos e o setor privado, apesar de um clima empresarial pouco satisfatório: Os investimentos no espaço CEDEAO são fortemente dependentes dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), cujo principal destino é a Nigéria. As dificuldades em mobilizar estes investimentos estão frequentemente ligadas a um clima de negócios pouco favorável na região. A pontuação para o desenvolvimento empresarial na região é baixa, com a maioria dos países a pontuar em torno da média de 3 numa escala de 0 a 6. Além disso, as pontuações relativas aos direitos de propriedade são relativamente baixas na maioria dos países. Apesar deste desempenho, tem havido um aumento da parte do crédito ao setor privado desde 2001. Esta percentagem atingiu 18,5% do PIB em 2015 e 17,6% do PIB em 2018. Além disso, a CEDEAO tomou iniciativas nos últimos anos para promover o investimento e o sector privado, nomeadamente através da adoção de políticas regionais apropriadas e da implementação de instrumentos e mecanismos relevantes (Política de Investimento ECOWIP, Política Regional de parceria público-privado, Código dos Investimentos, Sistema de informação sobre o Mercado ECOBIZ WORLD, Projeto ECOINVEST, ECOBIZ etc.).

II.2.5. Integração económica e monetária, infraestrutura económica

58. Uma integração económica, monetária e comercial em aceleração: Desde meados da década de 1970, a região tem experimentado uma evolução em todos os aspetos do processo de integração regional. Um dos aspetos importantes deste processo tem sido a consolidação gradual do mercado regional, que resultou num aumento do comércio intracomunitário, embora ainda a um nível baixo em comparação com outras experiências de cooperação regional. Em 2019, o comércio intraregional era de 12%. As exportações e importações intracomunitárias representavam respectivamente 15% e 9% das exportações e importações totais, respetivamente. Estas taxas não têm em conta o comércio transfronteiriço de pequena escala não registado. Entretanto, este desempenho mostra que ainda há espaço para melhorias na integração comercial. A aceleração deste processo exige a eliminação de todas as restrições regulamentares e infraestruturais para aumentar a produção e facilitar a livre circulação das pessoas e dos bens. A criação da moeda única, ECO, através da realização da união económica e monetária, constituirá também um acelerador decisivo do comércio regional, um componente sobre o qual o compromisso político da região permanece inabalável.



Comerciante cruzando a fronteira, Costa do Marfim, Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio na África do Oeste

59. Um importante desafio em termos de desenvolvimento das infraestruturas: O desenvolvimento de infraestruturas adequadas continua a ser um desafio crucial na África Ocidental. O nível atual dessas infraestruturas é ainda insuficiente para estimular o crescimento e o desenvolvimento económico necessário da região e para impulsionar o seu processo de integração. Um estudo de diagnóstico da rede rodoviária, realizado no âmbito do Plano Diretor de Desenvolvimento das Infraestruturas da CEDEAO para 2020, mostra que a região tem uma rede rodoviária global de cerca de 605.691 km, dos quais 84.991 km são asfaltados (ou seja, 14%). Em termos do estado da rede rodoviária da Comunidade, 45% da rede é de boa qualidade, 28% é de qualidade aceitável; enquanto cerca de 23% da rede está em mau estado. A rede rodoviária assegura mais de 80% do transporte de passageiros e de mercadorias na área. A densidade de estradas asfaltadas⁹ da CEDEAO é de cerca de 38 km por 100 km² (38%). Em comparação com outras regiões africanas, esta proporção era de 29% para a Comunidade da África Oriental (CAE), 92% para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e 4% para a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) em 2015. Apesar de ocupar o 2º lugar, a densidade de estradas de asfalto de boa qualidade no espaço CEDEAO é ainda relativamente baixa para iniciar e estabilizar a descolagem económica da região.

No que diz respeito aos caminhos-de-ferro, a região tinha uma rede ferroviária total de cerca de 10.188 km durante a última década, que agora caiu para 8.052 km. Tal como o subsector rodoviário, a densidade da rede ferroviária é estimada em 1,9 km/1000 km², em comparação com a média continental de 2,5 km/1000 km² é relativamente baixa.

⁹ Este indicador define o rácio entre o comprimento da rede rodoviária pavimentada e uma área de 100 km² numa determinada região.

As ligações aéreas dentro da Comunidade e entre a CEDEAO e o resto do continente continuam a ser insuficientes, com os custos dos bilhetes entre os mais elevados do continente. Além disso, apesar das oportunidades do subsetor do transporte marítimo que assegura (através dos portos marítimos) quase 95% do frete entre a região e os mercados internacionais, a avaliação deste subsetor indica que ainda existem desafios a enfrentar, particularmente em termos de capacidade das infraestruturas portuárias e de eficiência operacional.

Desde esta última década, houve uma expansão no setor das tecnologias de informação e comunicações (TIC), com um aumento da taxa de penetração dos telemóveis de 28% para 47% em 2018, a taxa mais alta nas CER. Por outro lado, o acesso à Internet é ainda limitado com uma taxa de penetração estimada em 26% em 2018 mas que, segundo as projeções, deverá aumentar nos próximos anos, nomeadamente graças ao aumento do número de assinantes da Internet móvel. A “economia móvel”, se devidamente aproveitada, poderá transformar a vida de milhões de pessoas na região.



Camião-cisterna, Estrada Nationale 1, Burkina Faso, Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio na África do Oeste

- 60. Um acesso insuficiente à eletricidade apesar dos esforços e recursos energéticos significativos:** o acesso à eletricidade aumentou 20 pontos percentuais entre 2000 e 2017. Entretanto, aqueles que o têm representam apenas cerca de metade da população total (45%) e apenas 23% da população das zonas rurais¹⁰. Os disfuncionamentos do mercado regional de energia, os problemas de coordenação no setor, a baixa produção e o elevado custo de acesso à eletricidade continuam a ser desafios a ultrapassar para satisfazer as necessidades em energia elétrica das populações e das empresas. É nesta perspetiva que se inscrevem as diferentes iniciativas empreendidas pela CEDEAO, nomeadamente: a elaboração do Livro Branco e de um programa de investimentos, a implementação de um sistema de trocas de energia elétrica na África Ocidental (EEEOA), e a criação de estruturas apropriadas para a regulação do mercado regional da eletricidade (Autoridade Regional Reguladora da Eletricidade (ARREC), e a promoção das energias renováveis (Centro de Energias Renováveis e a Eficiência Económica (CERECE)).

¹⁰ Calculado a partir dos dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.



Formação sobre as normas solares fotovoltaicas para o pessoal da Organização das Normas da Nigéria (SON), © GIZ / Melanie Weber

III. ASPIRAÇÕES DA CEDEAO E VISÃO PARA 2050

61. A avaliação do estado de avanço do processo de integração desde a adoção da Visão 2020 permitiu observar a importância de certos temas de desenvolvimento para a região. A relevância desses temas é corroborada por certas aspirações das populações da África Ocidental cujas expectativas guiaram a formulação da Visão 2050 da CEDEAO. Assim, a trajetória da região durante as próximas três décadas baseia-se num ideal derivado das aspirações expressas pelas populações. Acima de tudo, esta Visão é inspirada por um cenário de referência que levou à declinação dos pilares sobre os quais os objetivos estratégicos estão ancorados.

III.1. Aspirações

62. Seguindo uma abordagem inclusiva e participativa, através de consultas com as partes interessadas nos Estados-membros, as aspirações expressas permitiram colocar em evidência a relevância dos seguintes cinco temas de desenvolvimento:

- (i) Demografia, capital humano, desenvolvimento social e migração;
- (ii) Meio ambiente e recursos naturais;
- (iii) Governança, Segurança e Paz;
- (iv) Crescimento económico, emprego, transformação estrutural e desenvolvimento do setor privado;
- (v) Integração económica e monetária, infraestruturas económicas, energia e parcerias.

63. De modo geral, as aspirações expressas estão em perfeita convergência com os temas da análise retrospectiva. Quase todos os países consultados expressaram aspirações em relação a todas as temáticas acima mencionadas. Além disso, a análise de coerência mostra uma convergência entre essas temáticas e os eixos estratégicos definidos pelos Estados-membros nos seus Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Os temas selecionados estão, portanto, em consonância e são coerentes com o futuro desejado por cada Estado-membro. Finalmente, para além da convergência das temáticas com os eixos estratégicos da maioria dos PND, vê-se também uma coerência das temáticas selecionadas com os quadros continentais e internacionais de desenvolvimento. As expectativas das populações da África Ocidental estão em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as aspirações subjacentes à Agenda 2063 da União Africana.

64. Neste caso, estas expectativas fornecem indicações úteis sobre o futuro desejado pela região. De facto, as aspirações expressas confirmam a determinação dos cidadãos da CEDEAO em viver num clima de paz e segurança livre de quaisquer conflitos. Acima de tudo, confirmam o apego dos cidadãos da CEDEAO aos valores universais de igualdade, de respeito pelos direitos fundamentais e das liberdades num clima em que:

- os princípios democráticos são respeitados;
- Todas as formas de discriminação são combatidas graças à promoção da igualdade de oportunidades para todos;
- As mulheres e os jovens são agentes de mudança e têm um papel importante a desempenhar no processo de desenvolvimento;
- A solidariedade é encorajada para reforçar a diversidade, a inclusão e a coesão social;
- o acesso aos serviços sociais básicos é garantido aos cidadãos instruídos, educados, formados, bem nutridos e saudáveis.

65. Por outro lado, as aspirações identificadas ilustram um desejo profundo das populações da África Ocidental de viver:

- numa área economicamente integrada onde o processo de desenvolvimento se baseia, entre outros,

- nas infraestruturas, na inovação e na tecnologia, no setor privado e na transformação estrutural das economias baseada, nomeadamente, num crescimento inclusivo gerador de emprego, no desenvolvimento de capacidades e do capital humano; e
- num espaço favorável para a sustentabilidade ambiental e para a adaptação às mudanças climáticas com capacidades reforçadas para a redução do risco de catástrofes e para a resiliência.

III.2. Cenário de Referência

- 66.** A expressão das aspirações das populações da África Ocidental permitiu definir o caminho a seguir para tornar o futuro desejado uma realidade. Esse futuro é sustentado por um cenário de referência otimista chamado **“A Tocha de África”**.
- 67.** Esse cenário ideal¹¹ baseia-se nos seguintes pressupostos subjacentes:
- Um clima de segurança reforçada e de paz consolidada;
 - Uma boa governação, instituições fortes e confiáveis que respeitem o estado de direito e as liberdades fundamentais;
 - Uma região perfeitamente integrada e mundialmente competitiva para um desenvolvimento sustentável;
 - Uma CEDEAO dotada de um capital humano de qualidade e humanamente feliz.
- 68.** Os fundamentos básicos deste cenário apoiam-se sobretudo na vontade e no empenho dos Estados-membros em ultrapassar todos os obstáculos ao desenvolvimento com base em soluções endógenas sustentadas por reformas estruturais e políticas públicas eficazes que garantam o acesso aos serviços básicos e um crescimento inclusivo gerador de empregos. Consequentemente, as medidas relevantes previstas incluem a transformação profunda do sistema educativo e a adequação das qualificações às necessidades de desenvolvimento da região e do mercado de trabalho. Isso implica um sistema de ensino que coloca particular ênfase não só na investigação, mas também na formação técnica e profissional e no empreendedorismo, bem como na promoção de parcerias entre escolas, universidades e empresas da região. Assim, as medidas relevantes previstas irão girar em torno do desenvolvimento do capital humano e da promoção do empreendedorismo e da ciência e tecnologia como vetores de desenvolvimento. As medidas relevantes previstas dizem igualmente respeito à melhoria e ao reforço da resiliência dos sistemas de saúde com acesso universal à saúde, através do aumento da oferta de serviços e do reforço da proteção social. Nestas condições, a situação sanitária global melhorará com, nomeadamente, uma atribuição consistente de recursos adequados ao setor de acordo com as necessidades de saúde: melhor formação dos médicos, promoção da investigação médica, etc.
- 69.** Além disso, o cenário de referência baseia-se num ambiente regional estável, propício ao desenvolvimento, com instituições fortes e credíveis que respeitam os direitos e liberdades fundamentais. O modelo inerente é construído em torno de um ideal baseado na estabilidade, na construção da paz e na segurança, que é uma condição indispensável para qualquer desenvolvimento. Baseia-se também na governação política e democrática, no Estado de direito e na gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. O espaço comunitário está assim a tornar-se num verdadeiro modelo de governação e de estado de direito que enfatiza a prestação de contas, a transparência, o equilíbrio dos poderes, a justiça e a promoção do diálogo cidadão.

11 Para além deste cenário ideal, três (3) outros cenários, desde os menos brilhantes aos mais dramáticos, foram utilizados para efeitos da análise: “uma comunidade com passos tímidos”; “a marcha para trás” e “o suicídio comunitário de um gigante”. Os principais pressupostos subjacentes a estes 3 cenários alternativos estão resumidos no anexo.

- 70.** Finalmente, estes fundamentos baseiam-se no desejo de assegurar o desenvolvimento através do aprofundamento do processo de integração regional, sobretudo graças ao reforço da livre circulação de pessoas e bens, à promoção de uma economia regional diversificada, competitiva e criadora de emprego, aos investimentos nas infraestruturas e à interligação dos mercados. A disponibilidade e a qualidade de infraestruturas favorecem o crescimento do comércio intracomunitário e a emergência de cadeias de valor integradas. Estes círculos virtuosos contribuem para o desenvolvimento do setor industrial e para a consolidação da integração económica e monetária. A região torna-se atrativa para os investimentos diretos estrangeiros, criando assim as condições para a transferência de tecnologia e a aceleração da inovação. Além disso, a transformação estrutural está no centro do ideal de desenvolvimento da região. Para além do papel esperado do setor privado, este desenvolvimento destina-se a ser inclusivo com a participação das populações vulneráveis, nomeadamente os jovens, as mulheres e as pessoas que sofrem de deficiências físicas. Acima de tudo, está previsto que esse desenvolvimento desejado não deixe ninguém para trás. Um desenvolvimento que garanta a promoção e a resiliência dos sistemas alimentares e nutricionais através de uma agricultura moderna e eficiente. Prevê-se também que esse desenvolvimento desejado seja respeitoso do meio ambiente com uma gestão ótima dos recursos naturais e uma maior resiliência às mudanças climáticas.
- 71.** Através do cenário de referência, que permite a transição demográfica dos Estados, a transformação estrutural das economias e a redução das desigualdades e da pobreza, a CEDEAO reforça assim o seu papel como tocha da integração regional na África e estabelece-se como uma das Comunidades Económicas e Regionais mais poderosas.

III.3. Visão 2050 e Pilares

- 72.** Com base no cenário de base “A Tocha da África”, a seguinte declaração constitui a base sobre a qual a Visão 2050 da CEDEAO está construída:

“Uma Comunidade de Povos, plenamente integrada numa região pacífica e próspera, com instituições fortes, respeitadora das liberdades fundamentais e trabalhando em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.”

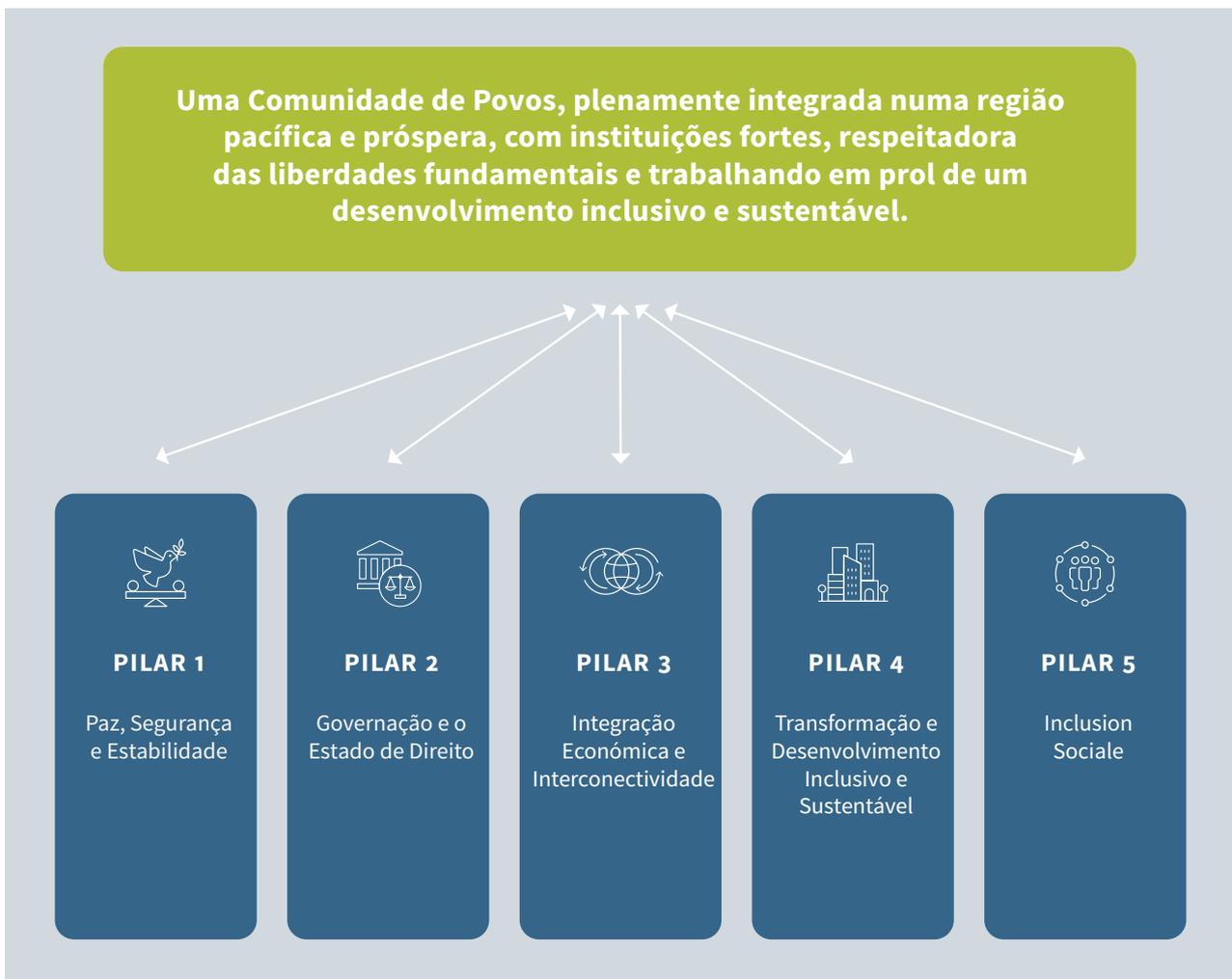
- 73.** Esta Visão é baseada em cinco pilares principais, a saber:

- **PILAR 1: Paz, Segurança e Estabilidade:** Fazer da CEDEAO uma região segura, estável e pacífica é um imperativo de desenvolvimento numa área particularmente exposta às ameaças de segurança multidimensionais. O objetivo é reforçar a segurança humana na região através de iniciativas endógenas e sustentáveis e a implementação de instrumentos e políticas apropriadas, bem como a implementação de mecanismos adaptados.
- **PILAR 2: Governação e o Estado de Direito:** A fim de construir uma região onde a democracia e o Estado de direito prevaleçam até 2050, é necessário assegurar a implementação e o bom funcionamento de instituições fortes e credíveis que garantam o respeito dos direitos e das liberdades fundamentais. A região irá trabalhar para reforçar a governação democrática e consolidar o Estado de direito e a justiça, promovendo simultaneamente o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais bem como lutando contra todas as formas de discriminação.
- **PILAR 3: Integração Económica e Interconectividade:** O aprofundamento do processo da integração económica está no centro deste pilar. Este aprofundamento está previsto sob o prisma não só da livre circulação de pessoas e de bens, mas também da integração comercial e dos mercados bem como da

realização da união económica e monetária. Isto contribuirá para a consolidação do processo de integração da CEDEAO e da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZLECAf). Nesta perspectiva, será necessário o desenvolvimento de uma agricultura eficiente e a promoção de cadeias de valor. Acima de tudo, o desenvolvimento das infraestruturas continua a ser uma dimensão chave para a melhoria da interconectividade e da competitividade regional.

- **PILAR 4: Transformação e Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável:** O objetivo final é fazer da CEDEAO uma potência económica regional na África e no mundo que faça o melhor uso possível do seu potencial humano e dos seus recursos naturais para melhorar o bem-estar dos seus cidadãos, tal como estipulado na Estratégia de Desenvolvimento do Capital Humano da CEDEAO¹². Este pilar baseia-se portanto na melhoria das condições de vida das populações, através da otimização, dos benefícios do dividendo demográfico, da qualidade do sistema educativo e da aquisição de conhecimentos, da criação de empregos decentes para os jovens e as mulheres bem como através do reforço da resiliência na saúde pública. Este pilar apoia-se também na transformação estrutural das economias através da digitalização da economia, do empreendedorismo, da ciência e tecnologia bem como através de investimentos estruturantes nos setores em crescimento. Visa promover a gestão eficiente dos recursos naturais e reforçar a resiliência da região face às mudanças climáticas e aos choques exógenos.
- **PILAR 5: Inclusão Social:** Este pilar coloca os cidadãos da África Ocidental, em particular as mulheres, as crianças e os jovens, e todas as pessoas vulneráveis (incluindo os deficientes e os idosos) no centro do desenvolvimento e do processo de integração. Até 2050, a CEDEAO deve assumir os desafios ligados à coesão social no seio dos povos, criar as condições de pertença, características de uma cidadania comunitária, suscetíveis de favorecer a emergência de uma identidade cultural em torno de valores partilhados.

12 Ver a Estratégia de Desenvolvimento do Capital Humano da CEDEAO, CEDEAO 2020



IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS - PRINCÍPIOS ORIENTADORES E FATORES DE SUCESSO

74. A fim de traduzir a Visão 2050 da CEDEAO em realidade, é importante definir claramente os objetivos e as orientações estratégicas que devem orientar a elaboração do quadro estratégico a médio prazo e dos planos de ação. Para além das orientações estratégicas, foram identificadas temáticas transversais de importância para a definição e a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Além disso, foram também especificados os princípios orientadores e os fatores determinantes para a realização efetiva e harmoniosa da Visão 2050.

IV.1. Objetivos e orientações estratégicas

75. Cada um dos pilares da Visão 2050 foi formulado como um objetivo estratégico de longo prazo, a partir do qual derivam orientações estratégicas.

• PILAR 1: Paz, Segurança e Estabilidade

Objetivo Estratégico 1: Fazer da CEDEAO uma Região Segura, Estável e Pacífica

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Orientação Estratégica 1: | Reforçar a paz e a segurança regional |
| Orientação Estratégica 2: | Reforçar a segurança humana na região |
| Orientação Estratégica 3: | Prevenir, gerir e resolver conflitos |

• PILAR 2: Governação e Estado de Direito

Objetivo Estratégico 2: Ancorar a Cultura Democrática, a Boa Governação e o Respeito pelo Estado de Direito e pelas Liberdades Fundamentais

| | |
|----------------------------------|--|
| Orientação Estratégica 1: | Reforçar a governação democrática |
| Orientação Estratégica 2: | Consolidar o Estado de direito e a justiça |
| Orientação Estratégica 3: | Promover o respeito pelos direitos fundamentais e pelas liberdades |

• PILAR 3: Integração Económica e Interconectividade

Objetivo Estratégico 3: Fazer da CEDEAO um espaço económico plenamente integrado e interligado

| | |
|----------------------------------|---|
| Orientação Estratégica 1: | Consolidar a livre circulação de pessoas e de bens e acelerar a integração dos mercados |
| Orientação Estratégica 2: | Acelerar a união monetária e a integração económica e financeira |
| Orientação Estratégica 3: | Intensificar o desenvolvimento das infraestruturas e a interconectividade |

• PILAR 4: Transformação e Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável

Objetivo estratégico 4: Criar as condições para a transformação das economias e o desenvolvimento sustentável dos povos

| | |
|----------------------------------|--|
| Orientação Estratégica 1: | Assegurar o desenvolvimento humano e social |
| Orientação Estratégica 2: | Favorecer o capital humano e o desenvolvimento dos conhecimentos |
| Orientação Estratégica 3: | Reforçar a sustentabilidade ambiental e a luta contra as mudanças climáticas |
| Orientação Estratégica 4: | Favorecer o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável |

• PILAR 5: Inclusão Social

Objetivo estratégico 5: Fazer da CEDEAO uma Comunidade dos Povos plenamente inclusiva para mulheres, crianças e jovens

| | |
|----------------------------------|---|
| Orientação Estratégica 1: | Reforçar a diversidade cultural para o desenvolvimento e o progresso social |
| Orientação Estratégica 2: | Reforçar a cidadania comunitária e a solidariedade |
| Orientação Estratégica 3: | Promover a inclusão e reforçar a coesão social |

NB: Os quadros detalhados da Visão 2050 com as potenciais áreas de intervenção estão anexados ao presente documento.

IV.2. Temáticas transversais

76. O sucesso da implementação da Visão 2050 da CEDEAO depende da consideração efetiva de certas temáticas transversais necessárias para a definição, formulação e implementação de políticas, programas e estratégias de desenvolvimento. As referidas temáticas descritas abaixo são, portanto, essenciais para a concretização da Visão 2050. A sua natureza multidimensional confere-lhes um perfil transversal de modo a servirem de catalisador para a realização dos objetivos globais da Visão.

i Mulher-Gênero: A região precisa reconhecer o papel particular das mulheres como atores, agentes e beneficiários do desenvolvimento. Isto exigirá um empenho político concertado e medidas tangíveis visando assegurar que a dimensão gênero seja integrada em todas as ações previstas, incluindo a legislação, as políticas ou os programas, em todas as áreas e a todos os níveis. Esta integração da dimensão gênero garantirá que as preocupações e as experiências tanto de homens quanto de mulheres sejam tidas em conta na conceção, na implementação, no seguimento e na avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, económicas e sociais, de modo que homens e mulheres beneficiem de maneira igual. A autonomização das mulheres, a luta contra as discriminações sexo-específicas devem estar no centro das ações contra as desigualdades entre homens e mulheres e a favor da promoção da igualdade de gênero.



Reconhecer o papel particular das mulheres como actores, agentes e beneficiários do desenvolvimento, Foto fornecida pelo Programa de Facilitação do Comércio da África do Oeste

- ii. Juventude-emprego:** A região alberga uma grande população jovem, o que deveria ser visto como uma oportunidade a não perder na agenda do programa de desenvolvimento regional. A este respeito, em conformidade com o ODS 8, é útil promover um crescimento económico sustentável e inclusivo, um pleno emprego e um trabalho decente para todos. A Visão 2050 da CEDEAO deve poder conduzir à adoção de políticas apropriadas e à execução das reformas estruturais nos sistemas económicos e sociais a fim de criar oportunidades de emprego decente para os jovens, reforçar o capital humano e liberar o gênio e as potencialidades dos jovens para a construção de uma Comunidade próspera e pacífica.



Grande população jovem que deve ser vista como uma oportunidade, Costa do Marfim, © GIZ / Gaël Gellé

- iii. Digitalização:** O interesse crescente pela digitalização é marcado em particular pelo desenvolvimento progressivo das redes Internet e pela explosão dos telemóveis na África Ocidental. Esta importante temática deverá contribuir para a concretização da Visão 2050, uma vez que oferece soluções para os desafios de desenvolvimento da região. A transformação e as soluções digitais contribuem, de facto, para a criação de empregos, o avanço da ação educativa e o estímulo da competitividade e da inovação. Têm um papel fundamental a desempenhar na transformação das economias e na melhoria das condições de vida dos cidadãos da África Ocidental. Consequentemente, é necessário que a região explore e tire benefício da digitalização que hoje em dia permeia toda a atividade socioeconómica com os seus numerosos usos, tais como: o comércio eletrónico, administração eletrónica, saúde eletrónica, e-agricultura, educação eletrónica, etc. Nesta perspetiva, devem ser feitos esforços para garantir o acesso à tecnologia digital e acelerar a transição tecnológica. Isto requer, entre outras coisas, o estabelecimento de quadros regulamentares adequados, uma governação adaptada ao setor e infraestruturas digitais acessíveis, seguras e de qualidade.
- iv. Mudanças climáticas – Resiliência:** A região está exposta a diferentes choques exógenos, económicos, políticos, sociais e de saúde bem como a catástrofes naturais, incluindo as mudanças climáticas. Isto sublinha a necessidade de implementar capacidades institucionais e mecanismos de alerta precoce e de resiliência próprios que lhe permitam enfrentar de forma sustentável o desafio da vulnerabilidade, particularmente no que diz respeito ao meio ambiente e as mudanças climáticas. Tratar-se-á também de reforçar, nesta perspetiva, as capacidades de antecipação, de gestão e de resposta aos choques recorrentes de todos os tipos, incluindo as crises alimentares, as catástrofes naturais e várias outras ameaças (parasitárias por exemplo).



Aliança Sahel, Promover a agricultura sustentável, Burkina Faso, © GIZ / Aude Rossignol

- v. **Capacitação:** Ao colocar o homem no centro da Visão 2050 da CEDEAO, o desenvolvimento sustentável pode ser garantido. O reforço de capacidades e dos recursos humanos continua a ser um elemento essencial para a apropriação e implementação da agenda de desenvolvimento e da integração regional na África Ocidental. Ao fazer todos os esforços para equipar a região e os seus Estados membros com as ferramentas, competências e conhecimentos necessários, será possível garantir melhor as mudanças qualitativas em termos de desenvolvimento com um impacto ótimo.

IV.3. Princípios Orientadores e Fatores de Sucesso

77. Na sua Visão 2050, a CEDEAO traduz as suas ambições de desenvolvimento de longo prazo. Para atingi-los, foram estabelecidos objetivos estratégicos ambiciosos, coerentes e realistas. Contudo, a realização destes objetivos estratégicos nos próximos 30 anos poderá ser comprometida por riscos potenciais inerentes à instabilidade política, à insegurança e à instabilidade do quadro macroeconómico. Além disso, a marcha para o futuro desejado pela região até 2050 poderá ser dificultada por diversos choques, nomeadamente climáticos, sanitários, financeiros e outros fatores de risco relacionados, entre outros, com o empenho limitado dos Estados membros, a fraca apropriação, a sobreposição de responsabilidades, o insuficiente alinhamento dos quadros estratégicos nacionais de desenvolvimento, as iniciativas insuficientemente coordenadas, a aversão à mudança e à inovação, a fraqueza institucional e a capacidade limitada das instituições comunitárias para assegurar o acompanhamento da execução, etc. A atenuação destes diferentes riscos exigirá reajustamentos e/ou adaptações de estratégias. As medidas de mitigação dos riscos potenciais devem, tanto a nível estratégico como operacional, basear-se na internalização de certos princípios orientadores fundamentais e na consideração de certos fatores de sucesso para a concretização da Visão 2050 da CEDEAO.

• Princípios orientadores

78. A execução bem-sucedida da Visão 2050 da CEDEAO será baseada nos seguintes princípios orientadores:

i. **Liderança e vontade política:** Para alcançar os objetivos da Visão 2050 da CEDEAO, deve ser dado ímpeto suficiente às ações e às reformas necessárias. Isto requer um forte empenho político e liderança afirmada dos Estados-membros para favorecer as dinâmicas e as mudanças necessárias para a concretização da Visão. Isto necessita também o respeito pelos compromissos regionais pelos Estados-membros, particularmente através da aplicação de textos comunitários e do alinhamento dos planos nacionais de desenvolvimento com a Visão 2050.

ii. **Apropriação e Responsabilidade Partilhada:** Este princípio implica o envolvimento de todas as partes interessadas no processo de elaboração, de definição e aplicação. Será necessário apoiar-se na adesão e na apropriação do processo de desenvolvimento e de aprofundamento da integração regional prevista pelos Estados-membros, as instituições, os atores não estatais, a sociedade civil, o setor privado, a diáspora, bem como pelas diferentes componentes da população da África Ocidental. Todos estes intervenientes deveriam ser mobilizados para desempenharem o seu papel em todas as fases da realização da Visão.

iii. **Complementaridade e Subsidiariedade:** A realização da Visão 2050 exige uma complementaridade das intervenções tanto a nível local, nacional quanto regional, a fim de assegurar a coerência global das respostas aos objetivos fixados. Embora estas respostas possam, em alguns casos, ser da com-

petência nacional, noutros casos exigirão ações coletivas em que o valor acrescentado da CEDEAO é comprovado. Este fato reforça a relevância da subsidiariedade, as vantagens comparativas dos intervenientes e as sinergias das ações a criar a todos os níveis para facilitar a realização harmoniosa da Visão.

iv. Transparência e Responsabilidade: Os mecanismos para assegurar a transparência, a responsabilidade e a supervisão das diferentes estruturas de tomada de decisão, de implementação e de acompanhamento serão essenciais para apoiar a governação global da Visão 2050 e os processos participativos necessários para a sua realização. Nessa perspetiva, os Estados-membros voluntariar-se-ão para defender os diferentes pilares da Visão, criando assim as condições adicionais para um compromisso sustentado e partilhado, a fim de assegurar a plena realização dos objetivos globais da Visão.

v. Sustentabilidade: A sustentabilidade dos resultados é um fator chave para a melhoria contínua do bem-estar da comunidade. Por conseguinte, as políticas, os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Visão 2050 devem ser sustentáveis para maximizar o seu impacto nas comunidades de toda a região.

• Fatores de sucesso

79. Os seguintes fatores determinantes são garantias de que a Visão 2050 será alcançada.

i. Quadro Institucional, Operacional, Eficaz e Adequado: Para além do papel esperado de todas as instituições da Comunidade de acordo com as suas respetivas competências, a arquitetura institucional deverá apoiar-se em mecanismos que assegurem visibilidade, flexibilidade, controlo, acompanhamento e uma verdadeira coordenação interinstitucional eficaz e eficiente baseada no equilíbrio das responsabilidades. O dispositivo deverá ser apoiado por mecanismos pertinentes a nível dos Estados-membros e por plataformas regionais de consulta a diferentes níveis de intervenção e atores, incluindo a sociedade civil e os atores não estatais. Além disso, a fim de reforçar o compromisso dos Estados-membros, um mecanismo regional de avaliação pelos pares será um instrumento relevante a implementar para melhorar as políticas, o desempenho e promover as melhores práticas, bem como a conformidade dos princípios orientadores no contexto da concretização da Visão 2050.

ii. Mobilização de Recursos, Cooperação e Parcerias Estratégicas: A concretização da Visão 2050 requer recursos adequados, suficientes e complementares. Apela a esforços determinados por parte dos Estados-membros na aplicação do Protocolo relativo à taxa comunitária. A concretização da Visão 2050 exige também esforços na racionalização e utilização eficiente dos recursos. Além disso, para além da mobilização de recursos internos e externos, será também necessária a implementação de estratégias de financiamento inovador envolvendo o setor privado. Assim, a cooperação para o desenvolvimento e o estabelecimento de parcerias estratégicas estarão entre os fatores de sucesso para realizar a Visão 2050.

iii. Programação, Acompanhamento e Avaliação: A implementação de mecanismos de coordenação e instrumentos eficazes em termos de planificação e de seguimento-avaliação será determinante. A este respeito, o reforço das estruturas de prospeção, de planificação estratégica e de seguimento dentro de todas as instituições será necessária para introduzir uma abordagem programática baseada nas prioridades e na gestão visando resultados no quadro da conceção e aplicação de programas. Além disso, o desenvolvimento dos indicadores-chave de desempenho (IPC) será necessário para facilitar o seguimento de programas e a execução de projetos, avaliar o seu impacto e melhorar a eficiência na sua execução.

- iv. Vigilância Estratégica:** A realização da ambição de desenvolvimento da CEDEAO dependerá em grande parte do seguimento da trajetória evolutiva dos Estados-membros e das instituições regionais. Este acompanhamento contínuo do ambiente interno e do contexto internacional exige a implementação de um mecanismo de vigilância estratégica através de estruturas dedicadas à prospectiva e à vigilância estratégica tanto a nível das instituições da CEDEAO como dos Estados-membros. Isto permitirá, de forma proativa, a tomada de decisões estratégicas e a antecipação de medidas para mitigar todos os riscos para a concretização da Visão 2050.
- v. Advocacia, Comunicação e Sensibilização:** O sucesso da Visão 2050 depende da sua apropriação por todas as partes interessadas. Por conseguinte, será necessário assegurar a sua vulgarização, utilizando todos os instrumentos de comunicação disponíveis. Nessa perspetiva, deve ser elaborada uma estratégia adaptada de comunicação, advocacia e sensibilização como parte integrante do processo de aplicação da Visão. Isto permitirá assegurar a adesão, a mobilização e o empenho de todas as partes interessadas, inclusive dos parceiros bilaterais e multilaterais da região.
- vi. Disponibilidade dos documentos operacionais da Visão 2050:** A disponibilidade, a tempo, dos documentos operacionais será essencial para acompanhar a realização efetiva da Visão 2050, que é um documento de orientação de longo prazo. Trata-se de assegurar em particular a elaboração (i) do primeiro quadro estratégico a médio prazo com a declinação dos diferentes planos quinquenais, incluindo a elaboração dos indicadores de seguimento-avaliação, (ii) da estratégia de mobilização de recursos e (iii) da estratégia de comunicação que deverá acompanhar a apropriação da Visão 2050.

V. CONCLUSÃO

80. A abordagem prospetiva que presidiu à elaboração do documento da Visão 2050 da CEDEAO faz parte de um processo inclusivo que permitiu validar a trajetória de desenvolvimento desejada pela região nas próximas três décadas.
81. Esta trajetória foi definida a partir de um desejo profundo das populações da África Ocidental que, até 2050, aspiram a **“Uma comunidade de povos, plenamente integrada numa região pacífica e próspera, com instituições fortes, respeitadora das liberdades fundamentais e trabalhando em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável”**.
82. A Visão 2050 coloca, portanto, o bem-estar do cidadão da África Ocidental e o seu desenvolvimento no centro das suas preocupações. É uma Visão essencialmente orientada para uma sociedade inclusiva, na qual se presta particular atenção às camadas mais vulneráveis da população, nomeadamente as mulheres e os jovens. Nesta perspetiva, a CEDEAO deseja alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável através do aprofundamento do processo de integração ao longo dos próximos trinta (30) anos.
83. Esta ambição tem em conta os desafios emergentes e alinha-se nos quadros pertinentes de desenvolvimento implementados a nível nacional, regional, continental e multilateral. Baseia-se sobretudo na necessidade de assegurar sinergias de ação, e a complementaridade das abordagens e das respostas para enfrentar os desafios de desenvolvimento a nível nacional e regional.
84. Assim, a concretização da Visão 2050 requer a apropriação do projeto pelas diferentes partes interessadas (Estados-membros, Instituições, ANE, Setor Privado, etc.) e o seu forte envolvimento na execução da agenda de desenvolvimento e de construção comunitária. Em particular, prefigura o papel primordial atribuído aos Estados-membros para o impulso, a orientação e a internalização das políticas/programas regionais nas estratégias nacionais de desenvolvimento.
85. Para além da vontade política inerente à realização da Visão 2050, será necessária a disponibilidade de recursos adequados, suficientes e complementares. Isto passará nomeadamente pelo reforço apropriado das capacidades institucionais e humanas, bem como pelo forte envolvimento dos Estados-membros na aplicação efetiva do Protocolo sobre a taxa comunitária (PC). Exigirá também o estabelecimento de parcerias estratégicas e a utilização de mecanismos de inovadores de financiamento em que o papel dos bancos regionais de desenvolvimento e do sector privado será determinante.
86. Finalmente, a realização da Visão 2050 exigirá a utilização de métodos inovadores de trabalho que se devem apoiar não só em mecanismos de coordenação apropriados a todos os níveis, mas também em instrumentos eficazes de controlo e de seguimento. Estas inovações deveriam também ser apoiadas pela prossecução das reformas necessárias para a melhoria da governação institucional da Comunidade com vista a uma maior eficácia e eficiência na gestão e utilização dos recursos comunitários.

ANEXOS

Quadro 1. DECLINAÇÃO DO PILAR 1

| PILAR | OBJETIVO ESTRATÉGICO | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | POSSÍVEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO / PRIORIDADES |
|---|---|---|---|
| PILAR 1: Paz, segurança e estabilidade | Fazer da CEDEAO uma região segura, estável e pacífica | ORS1: Reforçar a paz e a segurança regional | <ul style="list-style-type: none"> (1) Melhorar os mecanismos regionais de consolidação da paz; (2) Elaborar quadros jurídicos regionais, estratégias e políticas regionais; (3) lutar contra o terrorismo, a radicalização e o extremismo violento; (4) Reforçar os dispositivos jurídicos e institucionais nacionais de prevenção e repressão do financiamento do terrorismo e do branqueamento dos produtos do crime organizado; (5) Reforçar APSA e FAC; (6) Reforçar a Segurança marítima; (7) Reforçar a Segurança Cibernética e combater a cibercriminalidade; (8) Reforçar a Cooperação na Aplicação da Lei; (9) Lutar contra o crime organizado |
| | | ORS2: Reforçar a segurança humana | <ul style="list-style-type: none"> (1) Refugiados, (2) Assistência humanitária, (3) Deslocados internos, (4) Migração/deslocamento; (5) Combate ao tráfico de seres humanos; (6) Proteção das vítimas, etc. |
| | | ORS3: Prevenir, gerir e resolver conflitos | <ul style="list-style-type: none"> (1) Reforçar os Sistemas de Alerta Precoce; (2) Reforçar os processos de mediação e quadro de diálogo multipartidário; (3) Reforçar o processo de estabilização pós-conflito; (4) Reformar o setor da defesa e da segurança; (5) Promover a Justiça transicional e processo de reconciliação; etc. |

Quadro 2. DECLINAÇÃO DO PILAR 2

| PILAR | OBJECTIVO ESTRATÉGICO | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | POSSÍVEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO / PRIORIDADES |
|--|--|---|---|
| PILAR 2: Governança e Estado de direito | Ancorar a cultura democrática e a boa governação e o respeito pelo estado de direito e pelas liberdades fundamentais | ORS1: Reforçar a Governação democrática | <ul style="list-style-type: none"> (1) Consolidar os princípios democráticos e os valores universais da democracia; (2) promover os processos democráticos e a integridade dos processos eleitorais; (3) Reforçar os mecanismos de gestão eleitoral e de resolução de conflitos eleitorais; (4) Encorajar a participação e a representatividade dos cidadãos; (5) Reforçar a governação institucional, etc. |
| | | ORS2: Reforçar o Estado de direito e a justiça | <ul style="list-style-type: none"> (1) Elaborar e implementar legislação e políticas regionais; (2) Reforçar os sistemas judiciais; (3) reforçar o papel e os poderes dos parlamentos; (4) Garantir o respeito pelo Estado de direito; (5) Prevenir e combater a corrupção; (6) Promover a prestação de contas; (7) Reforçar a governação institucional, a integridade e os mecanismos de controlo; etc. |
| | | ORS3: Promover o respeito pelos direitos fundamentais | <ul style="list-style-type: none"> (1) Promover o respeito e a proteção dos direitos humanos; reforçar a proteção e a promoção dos direitos humanos; (2) Promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais; (3) Lutar contra qualquer forma de discriminação, etc. |

Quadro 3. DECLINAÇÃO DO PILAR 3

| PILAR | OBJECTIVO ESTRATÉGICO | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | POSSÍVEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO / PRIORIDADES |
|---|---|---|---|
| PILAR 3: Integração económica e interconectividade | Fazer da CEDEAO um Espaço Económico totalmente integrado e interconectado | ORS1: Consolidar a LCPB e acelerar a integração de mercados | <ul style="list-style-type: none"> (1) Consolidação do mercado regional; (2) O comércio regional e a implementação da ZLECAf; (3) LCPB; (4) Elaborar e implementar políticas regionais; (5) Reforçar a Competitividade Regional; (6) Desenvolver cadeias de valor integradas, etc. |
| | | ORS2: Acelerar a integração económica e monetária | <ul style="list-style-type: none"> (1) Reforço do mecanismo de supervisão multilateral; (2) Saneamento do quadro macroeconómico; (3) Promover as reformas económicas e boa gestão das finanças públicas; (4) Promover a integração dos Mercados de capitais e interconexão dos sistemas de pagamento e de liquidação; (5) Reforçar os sistemas estatísticos; (6) Melhorar o Clima de negócios e investimento; (7) Promover o Combate ao crime financeiro, etc. |
| | | ORS3: Intensificar o desenvolvimento das infraestruturas e a inter-conetividade | <ul style="list-style-type: none"> (1) Infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias; (2) Transporte aéreo e marítimo; (3) Energia; (4) Rede de interconexão e eficiência energética; (5) TIC; (6) Política e governação do setor, etc. |

Quadro 4. DECLINAÇÃO DO PILAR 4

| PILAR | OBJETIVO ESTRATÉGICO | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | POSSÍVEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO / PRIORIDADES |
|---|---|---|---|
| PILAR 4: Transformação e desenvolvimento inclusivo e sustentável | Criar as condições para a transformação das economias e para um desenvolvimento sustentável dos povos | ORS1: ORS1: Assegurar o desenvolvimento humano e social | <ul style="list-style-type: none"> (1) Melhorar a gestão dos recursos naturais; (2) Combater as mudanças climáticas; (3) Melhorar a gestão dos riscos e das catástrofes; (4) Promover as energias renováveis; (5) Promover a Segurança alimentar e nutricional, (6) Promover a Agricultura sustentável; (7) Melhorar a governação dos oceanos e a economia azul, etc. |
| | | ORS2: Melhorar o capital humano e o desenvolvimento dos conhecimentos | <ul style="list-style-type: none"> (1) Promover a Educação, (2) Desenvolver os conhecimentos; (3) promover a ciência, a tecnologia e a inovação; (4) Promover o empreendedorismo; (5) Promover a Investigação e o Desenvolvimento; (6) Promover as TIC e a economia digital; (7) Promover a transferência de competências, (8) Promover a transferência de tecnologia e inteligência artificial; |
| | | ORS3: Reforçar a sustentabilidade ambiental e combater as mudanças climáticas | <ul style="list-style-type: none"> (1) Melhorar a gestão dos recursos naturais; (2) Combater as mudanças climáticas; (3) Melhorar a gestão dos riscos e das catástrofes; (4) Promover as energias renováveis; (5) Promover a Segurança alimentar e nutricional, (6) Promover a Agricultura sustentável; (7) Melhorar a governação dos oceanos e a economia azul, etc. |
| | | ORS4: Promover o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável | <ul style="list-style-type: none"> (1) Promover a mobilização dos investimentos; (2) Promover a transformação económica e a industrialização; (3) Promover o desenvolvimento das empresas comunitárias, (4) Promover a Modernização e Inovação; (5) Promover as TIC e economia digital; (6) Incentivar a normalização e qualidade; (7) Desenvolver das cadeias de valor; (8) Desenvolvimento do sector privado; (9) Promover a Parceria público-privado; (10) Promover o Clima dos negócios; etc. |

Quadro 5. DECLINAÇÃO DO PILAR 5

| PILAR | OBJETIVO ESTRATÉGICO | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | POSSÍVEIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO / PRIORIDADES |
|-----------------------------|---|---|---|
| PILAR 5: Inclusão Social | Fazer da CEDEAO uma Comunidade de Povos plenamente inclusiva para mulheres, crianças e jovens | ORS1: Reforçar a diversidade cultural para o desenvolvimento e progresso social | <ul style="list-style-type: none"> (1) Património cultural e proteção dos direitos culturais; (2) Desenvolvimento das artes criativas e empreendedorismo cultural; (3) Promoção da diversidade cultural; (4) Promoção dos quadros de intercâmbio cultural; (5) Valores partilhados, (6) Desporto e cooperação intercultural, etc. |
| | | ORS2: Reforçar a cidadania comunitária e a solidariedade | <ul style="list-style-type: none"> (1) Desenvolvimento comunitário e cooperação transfronteiriça; (2) Livre circulação e direito de estabelecimento; (3) Reforço da identidade comunitária , (4) Desenvolvimento dos quadros de cooperação transfronteiriça; (5) Diálogo intercultural, etc. |
| | | ORS3: Promover a inclusão e reforçar a coesão social | <ul style="list-style-type: none"> (1) Participação dos cidadãos ; (2) Quadro de diálogo e papel dos ANE e da diáspora; (3) Luta contra as discriminações; (4) Igualdade de gênero; (5) Igualdade de oportunidades para todos; (6) Proteção social; (7) Trabalho Digno e Política Social no Emprego; (8) Proteção e inclusão dos grupos vulneráveis e das pessoas necessitadas; (9) Tolerância, etc. |

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS-CHAVES E NOÇÕES DA VISÃO 2050

Visão: Uma Comunidade de povos plenamente integrada numa região pacífica e próspera, com instituições fortes e respeitadoras das liberdades fundamentais, trabalhando em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

| Conceitos e noções | Definições |
|------------------------------------|--|
| Comunidade plenamente integrada | Uma comunidade que conseguiu ultrapassar, de comum acordo, as barreiras políticas, físicas, económicas e sociais que separam os seus países membros, e colaborar na gestão dos recursos partilhados e dos bens comuns regionais. |
| Desenvolvimento sustentável | Desenvolvimento sustentável é "um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades", citações de Sra. Harlem Brundtland, Primeira-Ministra da Noruega, 1987 |
| Desenvolvimento inclusivo | De acordo com o PNUD, o desenvolvimento é inclusivo se todos os segmentos da população, independentemente do sexo, da etnia, da idade ou do estatuto social, contribuírem para criar oportunidades, partilharem os benefícios do desenvolvimento e participarem na tomada de decisões |
| Instituição | Segundo o Norte (1991), as instituições são os constrangimentos criados pelo Homem que estruturam as interações políticas, económicas e sociais. Consistem em restrições tanto informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) como formais (constituição, leis, direitos de propriedade). Uma instituição é forte quando é fiável, responsável e livre de corrupção. |
| Liberdades e Direitos fundamentais | São o conjunto de direitos subjetivos primordiais do indivíduo, garantidos num Estado de direito e numa democracia. Decorrem principalmente dos princípios de igualdade (igualdade dos sexos, igualdade perante a lei, igualdade perante as autoridades fiscais, igualdade perante os tribunais), e de liberdade (liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de culto, de liberdade sindical, de direito à greve, etc.) |
| Região Pacífica | Uma região que não procura braço de ferro e conflitos; que aspira à paz e que possui instituições e mecanismos eficazes de prevenção e de resolução de conflitos, a fim de garantir um clima de paz duradouro para todos os seus cidadãos. |
| Région pacifique | Une région qui ne recherche pas l'épreuve de force, les conflits ; qui aspire à la paix et qui dispose d'institutions et de mécanismes efficaces de prévention et de résolution de conflits afin de garantir durablement un environnement de paix à l'ensemble de ses citoyens. |

QUADRO DE SÍNTESE DOS TRÊS CENÁRIOS ALTERNATIVOS

| Cenários e Pressupostos Subjacentes | Narrativas |
|---|---|
| <p>“Uma comunidade com passos tímidos”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma CEDEAO de bem-estar e competências vacilantes; - Instituições instáveis; - Um clima de terrorismo, de insegurança e de instabilidade que não é bem controlado; - Uma CEDEAO ainda em busca de integração e competitividade na cena mundial. | <p>O processo de consolidação da democracia está a avançar lentamente devido à má aplicação dos princípios da governação democrática, de independência e de separação de poderes. A governação financeira melhorou, mas falta ser reforçada a fim de consolidar o Estado de direito. Apesar da multiplicação de escolas e universidades e com a concessão ao setor privado de seções inteiras do serviço público de educação, o capital humano dos países da região não conseguiu dar um salto qualitativo significativo devido à falta de reformas profundas. Os sistemas de saúde continuam a ser atormentados por numerosos problemas. A capacidade dos países para lidar com as crises sanitárias e para melhorar o acesso à saúde das suas populações está a deteriorar-se. As infraestruturas de envergadura sub-regional e os esforços de harmonização das economias ainda não são suficientes para construir uma comunidade de pleno direito. O comércio intraregional está a estagnar e os sistemas produtivos da região permanecem mal integrados. A produtividade laboral está a estagnar, bem como a competitividade das empresas e a pobreza. Pelo contrário, as desigualdades de rendimentos estão a aumentar porque as políticas públicas são pouco inclusivas e são marcadas pela corrupção. As populações culpam as potências imperialistas pelas dificuldades que enfrentam, sob pretexto que estas lhe impõem governantes que elas manipulam ao seu belo prazer. Esta ideia, que é cada vez mais partilhada, conduz a uma retirada da própria identidade e é uma fonte de insegurança e instabilidade social. As medidas tomadas pelos Estados membros da CEDEAO não são suficientes para provocar as mudanças desejadas pelas populações.</p> |
| <p>“A caminhada para trás”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma CEDEAO com capacidades produtivas em declínio e vivendo condições sociais insatisfatórias; - Um colapso das instituições ; - Um clima de terrorismo descontrolado, de insegurança e de instabilidade; - Uma região ainda em busca de integração e competitividade na cena mundial. | <p>As mudanças desejadas para uma CEDEAO institucionalmente mais forte, democrática e financeiramente autossustentável são bloqueadas pela fragilidade das instituições. A corrupção está a tornar-se generalizada e um cancro para o clima dos negócios. Os IDE na comunidade estão em queda, particularmente no setor não-extrativo. O processo de transformação estrutural está a empatado. Com a tendência descendente dos preços das matérias-primas, os governos não têm outra escolha senão reduzir drasticamente os recursos destinados ao financiamento de infraestruturas económicas e sociais, o que está em declínio, limitando o comércio entre países e a participação no comércio internacional. Os equipamentos educativos na área comunitária não estão a melhorar. A supervisão dos alunos é aproximativa. Como resultado, a produtividade laboral está a diminuir em todos os sectores, especialmente na agricultura e nos serviços. Os sistemas de saúde estão também a deteriorar-se continuamente e o acesso à saúde é difícil para uma proporção significativa da população. Os sistemas regionais de vigilância e prevenção das epidemias não estão suficientemente preparados para conter as epidemias e outras doenças emergentes. A população vive mal, o que alimenta a instabilidade social. Perante estas injustiças, as greves tornam-se então recorrentes. A dinâmica de transformação estrutural e social da CEDEAO está a conduzir à sua marcha para trás, passando assim da CEDEAO dos povos para a CEDEAO das Nações.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>«O suicídio comunitário de um gigante»</p> <ul style="list-style-type: none">- Uma CEDEAO com capacidades produtivas em declínio e vivendo em condições sociais insatisfatórias a nível social.- Um colapso das instituições; desrespeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, ausência de um Estado de direito;- Uma Segurança decadente e uma instabilidade total;- Uma região altamente desintegrada e em processo de ruptura. | <p>No âmbito das políticas comunitárias, os governantes não demonstram qualquer vontade de se envolverem nas reformas estruturais necessárias para a emergência de uma economia regional dinâmica e competitiva. Os princípios da boa governação são desprezados a favor do nepotismo e da corrupção. Há, portanto, uma falta de cultura democrática e o colapso das instituições.</p> <p>Devido às dificuldades multifacetadas, a região não está a conseguir reinventar o seu sistema educativo e a fazer face os desafios que enfrenta. O setor privado não tem a qualidade dos recursos humanos necessários para o seu desenvolvimento. Os recursos dos Estados-membros do espaço comunitário são reduzidos devido à falta de crescimento económico, às elevadas taxas de fertilidade e à redução da produtividade do trabalho. Neste contexto, os sistemas de saúde e educação continuam a deteriorar-se. A região já não atrai mais investidores devido a um clima de negócios inseguro e pouco atrativo. A região é ainda mais marginalizada no comércio internacional. A comunidade está a tornar-se quase exclusivamente dependente da ajuda pública ao desenvolvimento. Esta situação contribui para a tornar mais frágil e reduzir a sua capacidade autónoma de gestão dos assuntos públicos. A população vive um mal-estar social, que não é propício ao crescimento, e que dá origem a instabilidade e conflitos sociais, agravando a insegurança dos bens e das pessoas da comunidade. Esta decadência agrava a situação económica e social da região. A CEDEAO de 2050, inicialmente projetada como um gigante comunitário em África e no mundo, está a autodestruir-se e a cometer suicídio.</p> |
|---|--|

BIBLIOGRAFIA

- Abdou Diop (2015). “Politiques régionales de la CEDEAO: Energies renouvelables – Efficacité énergétique”, Atelier du RCD du 14 au 18 Avril 2015.
- ACMAD, 2020, Diagnostic stratégique et rétrospectif: Aspect climatique pour informer la nouvelle vision post 2020 de la CEDEAO, 13p.
- African Building Foundation (2017). Renforcer les capacités en science, technologie et innovation pour la transformation de l’Afrique, rapport sur les capacités en Afrique 2017.
- Agence Française de Développement (2012). “Accès à l’électricité en Afrique subsaharienne: retours d’expérience et approches innovantes”, document de travail, Avril 2012.
- Agence internationale pour les énergies renouvelables (2018). “Planification et perspectives pour les énergies renouvelables: Afrique de l’Ouest”, 2018.
- BAD (2019). Perspectives économiques en Afrique de l’Ouest, Banque Africaine de Développement, 2019.
- BAD (2020). Perspectives économiques en Afrique de l’Ouest, Banque Africaine de Développement, 2020.
- BAD (2021). Perspectives économiques en Afrique, Banque Africaine de Développement, 2021.
- Banque Mondiale, “Indicateurs du développement dans le monde”, 2020 et 2021 Search | Data Catalog (worldbank.org)
- CEA (2016, 2017, 2018). Série des Profils pays de la CEA, <https://www.uneca.org/fr/oria/pages/cea-profils-de-pays>
- CEA (2016). Profil démographique de l’Afrique, Mars 2016.
- CEA (2017). Rapport Economique sur l’Afrique: L’industrialisation et l’urbanisation, Juin 2017.
- CEA (2019a). Sahel Vision 2043.
- CEA (2019b). Demographic dynamics for sustainable development in West Africa: challenges and policy measures, mai 2019.
- CEA (2019c). Profil régional pour l’Afrique de l’Ouest, mai 2019.
- CEA (2020a). Liberia STEPS profile.
- CEA (2020b). Population dynamics, demographic dividend and sustainable development in west Africa, report.
- CEDEAO (2008). Livre blanc, « Pour une politique régionale, sur l’accès aux services énergétiques des populations rurales et périurbaines pour l’atteinte des objectifs du millénaire pour le développement », Janvier 2008.
- CEDEAO (2010). “Vision 2020 de la CEDEAO, vers une communauté démocratique et prospère”, Juin 2010.
- CEDEAO, ICMPD et OIM (2016). “Enquêtes sur les politiques migratoires en Afrique de l’ouest”, rapport, deuxième édition, 2016.
- Centre Régional pour les Energies Renouvelables et l’Efficacité Energétique de la CEDEAO (2012). “Politique sur l’efficacité énergétique de la CEDEAO”, Septembre 2012.
- CIFOR, 2018, CIFOR en Afrique de l’Ouest, CIFOR, 8p.
- David E. Bloom, Jocelyn E. Finlay (2008). Program on the global demography of aging.
- Delaunay D. et Guengant J.P (2019). Le dividende démographique en Afrique Subsaharienne, Université Paris 1, Panthéon Sorbonne- Monographies Sud-Nord n°9, Mars 20°19, ISSN 2554–3687.
https://migrationdataportal.org/data?i=inflow_total&t=2016&m=2&sm49=11
- Kenichi Ohno (2007). The East Asian Growth Regime and Political Development, Sep. 2007.
- Leandro Medina, Andrew Jonelis, and Mehmet Cangul (2017). The Informal Economy in Sub-Saharan Africa: Size and Determinants, IMF Working paper 17/156.
- Mansour, Bader Ben (2017). “Le rôle des médias sociaux en politique: une revue de la littérature”, Regards politiques, Volume 1 Numéro 1, Hiver 2017, pp. 1–17.
- Ndiaye Papa Gora, 2013, “La pêche et les produits halieutiques en Afrique de l’Ouest: un marché régional aux potentialités inexploitées”, in Passerelles, Janvier-Février 2013, Enda Cadid.

- NGOM Alassane, 2015, Evaluation des ressources forestières dans l'espace CEDEAO, Rapport Région, CEDEAO, 166p.
- Odusola, A., G. A. Cornia, H. Bhorat and P. Conceicao. (2017). Income Inequality Trends in sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences. New York: United Nations Development Programme.
- OIM (2018a). Global Migration Indicator 2018.
- OIM (2018b). Etat de la migration dans le monde, 2018.
- PNUD (2020). Rapport sur le développement humain, La prochaine frontière Le développement humain et l'Anthropocène, PNUD 2020.
- Population Dynamics and Economic Development: Elements of a Research Agenda; Prepared by the Population and Development Working Group of the Centre for Global Development, July 2005, Washington, D.C, https://hewlett.org/wp-content/uploads/2016/08/CGD_pop_dynamics_and_econ_dev_elements_research_agenda.pdf
- Thierry Hommel (2019). "Infrastructures ouest-africaines", Futuribles international, Juillet 2019.
- UICN, 2016, Note de synthèse sur la Politique des Ressources en Eau de l'Afrique de l'Ouest (PREAO), 12p.
- UICN, 2017, La construction des grands barrages en Afrique de l'Ouest soumise à une nouvelle directive.
- UIP, (2019). Union Interparlementaire, <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>, Union Interparlementaire.
- UNDES (2017). World Population Prospects, The 2017 Revision Key Findings and Advance Tables.
- UNESCO (2020). Retrospective Diagnostic on Education, Science and Human Capital for ECOWAS Post 2020 Vision.
- UNFPA (2019) <https://www.unfpa.org/fr/le-dividende-d%C3%A9mographique>
- United Nations University (2018). "Innovation pour le développement en Afrique de l'Ouest: Défis pour promouvoir les politiques en matière de Science de Technologie et d'Innovation", Policy brief, number 3, 2018.
- World Bank (2016). Migration and Development: A Role for the World Bank Group, August 2016.
- World Bank (2018). Atlas of Sustainable Development Goals 2018 From World Development Indicators, 2018.



ECOWAS COMMISSION
COMMISSION DE LA CEDEAO
COMISSÃO DA CEDEAO

101 Yakubu Gowon Crescent
Asokoro District · P.M.B. 401
Abuja · Nigeria